Janeiro/Fevereiro 1981

Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Educação e Cultura
Brasília: Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. CxP 04-0150

SPHAN 10
*pró*Memória

PARATY

Nova lei regula o uso da sua terra

Paraty deverá ter até o final de março uma nova legislação para regular o parcelamento e o zoneamento de sua terra. Além disso, já está prevista a instalação de um escritório permanente da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na cidade. Essas serão as primeiras respostas ao Seminário que, em agosto e setembro de 1979, reuniu mais de uma centena de pessoas, entre membros da comunidade e representantes de órgãos

Arquivo SPHAN



1

técnicos, em um amplo debate sobre os problemas e perspectivas do município, há 15 anos tornado monumento nacional.

O atendimento às 56 propostas feitas pelos participantes do Seminário está demorando, é verdade. Por isso mesmo, as entidades a que se dirigiram as reivindicações - a Prefeitura, a SPHAN, o Governo Estadual, vários Ministérios - vêm recebendo uma série de críticas na cidade.

"Não se fez até agora absolutamente nada", reconhece Abílio Alapenha, secretário de obras da Prefeitura de Paraty. E dona Presciliana Dias de Souza, presidente do Apostolado da paróquia, admite até a possibilidade de se organizar um novo seminário, idéia aliás já bastante difundida no município. Só que, desta vez, a reunião teria outra finalidade. Seria um *seminário de cobrança.*

As principais reivindicações aprovadas em agosto e setembro de 1979 referiam-se à posse de terras, problema que vem afetando diretamente a cidade. Em dez anos, a população de Paraty mais do que duplicou: dos 4 ou 5 mil habitantes de 1970, passou-se hoje a cerca de 11 mil. Quase todo esse crescimento se deve ao abandono das áreas rurais, das praias, por seus antigos moradores, em um movimento provocado pelas invasões motivadas pelo aquecimento do mercado imobiliário depois da construção da rodovia Rio-Santos, a BR-101.

A maior parte desses moradores transferiu-se para a área da Ilha das Cobras, próxima ao centro. O bairro, explica o secretário de cultura de Paraty, José Cláudio de Araújo, não constitui uma favela, como as que se vêem no Rio ou São Paulo; pelo menos a maior parte das casas é de alvenaria. Mas, ressalta, não há qualquer planejamento urbano, muitas delas estão em locais inteiramente inadequados e boa parte se construiu sobre palafitas. Além disso, se na área central de Paraty a infra-estrutura de saneamento é das mais precárias, na Ilha das Cobras tal coisa praticamente inexiste.

Nela moram antigos pescadores e pequenos lavradores que trocaram suas posses por dinheiro em quantidade suficiente para se mudarem para a vila. Os 100 ou 200 mil cruzeiros que receberam foram aplicados na vinda para "uma casinha melhor, com confortos que não existiam em suas terrinhas", mostra dona Presciliana. Ela lembra, porém, que os novos habitantes da cidade estão hoje impedidos, na prática, do trabalhar naquilo que conhecem, como a pesca, a plantação de mandioca ou de banana. O que, aliás, aconteceu também com boa parte dos que, mesmo cedendo sua posse, obtiveram autorização para continuarem a residir na praia.

Essa situação não afeta diretamente o patrimômio histórico, ou melhor, o partimônio histórico *de pedra e cal,* o monumento, diz José Cláudio de Araújo. A não ser que se considere dessa forma um ou outro furto cometido por um desempregado - e dona Presciliana lembra que há poucos meses ocorreu o primeiro assalto a banco da história de Paraty, embora os destreinados ladrões fossem apanhados pouco adiante. Na verdade o que não se atingiu é explicitamente o *bairro histórico,* pois a paisagem do município é afetada também.

Uma outra faceta do patrimônio nacional, contudo, está sendo também prejudicada, mostra o secretário Cláudio de Araújo. É o patrimônio cultural das populações deslocadas. Manoel Messias de Souza, membro da Pastoral da Terra, explica: "cada um de nossos pequenos agrupamentos tinha algumas tradições próprias, algumas canções, algumas histórias, que estão se perdendo com a dissolução de seus componentes".

O secretário de cultura dá um exemplo prático dessa ameaça de perda de memória. Ele próprio descobriu em Taquari, praia próxima de Paraty, um grupo de congada desativado há anos. Fora afetado pela mudança de padrões culturais antes mesmo de se construir a Rio-Santos. Com a ampliação da atividade imobiliária, os riscos seriam ainda maiores, mesmo porque o conjunto já se reduzia a apenas três velhinhos. Foi necessário um esforço direto da Secretaria de Cultura, procurando interessar a população local pela congada. O trabalho deu certo, o grupo se renovou e hoje soma 45 elementos. Tudo isso, no entanto, custa dinheiro.

Assim como esse dinheiro não veio, tendo de sair dos minguados cofres municipais, também as providências ligadas ao problema central - a posse e o uso da terra - só agora entram em fase de concretização. A primeira proposta feita no Seminário fôra considerada radical: a proibição de todo e qualquer lotemento no prazo de dez anos. Terminou aprovada um sugestão mais moderada, a suspensão do estudo de projetos de loteamento por um ano, para preservar os efeitos decorrentes da nova legislação, a ser elaborada.

Um anteprojeto de normas sobre zoneamento e parcelamento do solo foi preparado no início do ano passado, recebeu a aprovação dos órgãos federais encarregados de analisá-lo, entre os quais a própria SPHAN, e em abril já tinha pronto seu texto final. Viria assim substituir o Plano Diretor da cidade, apontado pelos participantes do Seminário como pretensioso e desatualizado.

A partir de abril, porém, o novo projeto teve andamento bastante lento. Uma série de propostas de alteração, ligadas justamente às limitações impostas ao uso do solo, foi apresentada às autoridadades fazendo com que se paralisasse sua tramitação. Um secretário municipal acusa setores da própria Prefeitura de deliberadamente procurarem reter o projeto enquanto se buscava a acomodação de interesses.

O projeto está agora pronto. No entanto, ainda há em Paraty quem o critique, taxando-o de excessivamente liberal ante os loteamentos; assim como existem os que, pelo contrário, consideram-no restritivo demais, prejudicando os proprietários de terras.

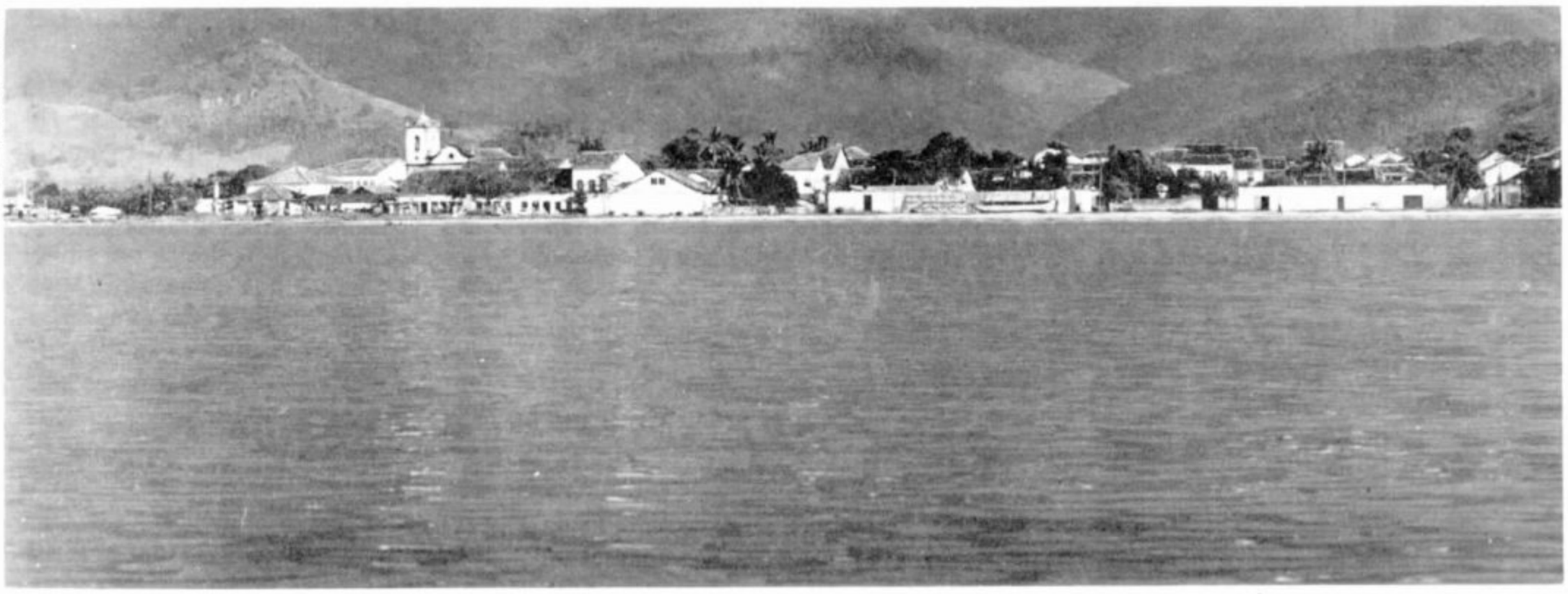
De qualquer forma, o texto irá agora à Câmara dos Vereadores, aguardando apenas o final do recesso legislativo para ser votado, segundo garante o secretário Abílio Alapenha. A aprovação, por outro lado, parece tranquila, pois em uma reunião informal com representantes de órgãos federais e estaduais, todos os vereadores manifestaram-se a favor do projeto. Se confirmada a aprovação, restará apenas a sanção do prefeito.

Ao fazer o zoneamento urbano, o texto é bastante simples. "Como não há recursos para desapropriações, sacramenta-se o que já existe", explica o secretário de obras. A partir daí, a cidade é dividida em onze zonas básicas, começando pelo bairro histórico, onde só se permitem restaurações e a ocupa-

Janeiro/Fevereiro 1981

SPHAN 10

*pró*Memória



Arquivo SPHAN

ção dos poucos terrenos ainda vagos está sujeita às normas severas do Patrimônio Histórico.

O projeto prevê quatro zonas residenciais. Na primeira delas, na Boa Vista, o lote mínimo será de 1.200 metros quadrados; na segunda e terceira, abrangendo as áreas dos bairros do antigo acesso e Jabaquara que não dão frente para o mar, os lotes mínimos terão, respectivamente, 600 m^2 e 700 m^2. Em todas elas as construções não poderão ultrapassar dois pavimentos. A quarta zona residencial, situada junto à praia do Jabaquara, terá lotes com o mínimo de 2 mil metros quadrados e as casas poderão ter apenas um pavimento.

A área do eixo de entrada da cidade será considerada *zona mista*, permitindo-se utilização comercial em geral, industria artesanal, depósitos e oficinas, além de residências. O lote mínimo residencial será aí de 450 m^2 e o comercial de 250 m^2. Nas zonas estritamente residenciais se permitirá a instalação de estabelecimentos comerciais desde que, segundo o projeto - ofereçam exclusivamente serviços locais.

A praia do Pontal, a mais próxima do centro, torna-se *zona de preservação paisagística:* embora se admitam construções de lazer, o lote mínimo será de 600m^2 e não se admitirão prédios com mais de um pavimento. Finalmente, há uma *faixa de proteção* ao bairro histórico, com gabarito máximo de um pavimento e recuo mínimo de 5 metros para as casas.

Para as áreas rurais do município ainda não existe um zoneamento, o que será feito em etapa posterior. As normas sobre parcelamento do solo, entretanto, já estabelecem padrões mínimos para utilização do solo em todo o município. Abílio Alapenha destaca a exigência de que, em qualquer loteamento, 30 por cento dos lotes sejam deixados em caução à Prefeitura. Se o proprietário não concluir os trabalhos de infraestrutura no prazo de dois anos a caução servirá para a cobertura dessas despesas. Além disso, salienta o secretário, protegem-se lagoas, rios e florestas, impedindo-se ainda obras em encostas com declividade supeiror a 45 graus.

Essas normas serão suficientes para atender as reivindicações da população? Já existe em Paraty quem assegure que não, antes mesmo da votação da Câmara. Um dos vereadores, por exemplo, mesmo ressaltando que votará a favor do projeto, aponta nele brechas para eventuais abusos. Cita entre outros o artigo 16 que, após estabelecer em seu *caput* que não se permitirão loteamentos em uma faixa de 100 metros da orla marítima, ressalva em parágrafo único que "em casos especiais e a critério da Prefeitura Municipal, ouvido o Conselho de Urbanismo, poderá ser admitido o parcelamento para construção de hotéis, motéis, pousadas, clubes ou restaurantes nesta faixa".

A Delegacia Regional da SPHAN, porém, explica que essas brechas não causarão grandes problemas, pois a elas se sobrepõe ainda a legislação federal, que confere a órgão técnico o poder de dar a última palavra em questões do gênero. De qualquer maneira, o secretário de obras lembra que, depois de aprovado esse projeto, haverá ainda um novo zoneamento, que alcançará todo o território de Paraty - o projeto em tramitação, embora defina o parcelamento do solo de toda a área coberta pelo município, estabelece regras de zoneamento apenas para os terrenos urbanos - e assim regulará definitivamente os problemas ligados aos loteamentos.

Mesmo considerando que só o zoneamento rural dará respostas definitivas à questão, Abílio Alapenha mostra-se otimista. "As novas normas", diz ele, "dificultarão a especulação imobiliária desenfreada". Os conflitos mais sérios estão já em suspenso, não tanto pela expectativa criada pelo preparo do projeto, mas também pela repercussão que vinham causando.

Assim, nas praias de Trindade e Laranjeiras, as companhias empenhadas na retirada de posseiros imobilizaram seus funcionários e o problema se discute agora na Justiça. E, embora existam conflitos em outras áreas - o secretário de obras menciona as praias de Barra Grande e de São Gonçalo - eles ainda não atingem as dimensões dos anteriores.

Mas, se apenas o futuro vai dizer se o projeto resolverá os problemas de terras, restam reivindicações mais imediatas da cidade. Boa parte delas encontra um denominador comum: dinheiro. "Às vezes, quaisquer 10 ou 20 mil cruzeiros fazem com que seja superada uma dificuldade séria, como a falta de recursos para promoções que podem garantir a sobrevivência de um elemento da tradição cultural do município", diz José Claudio de Araujo.

Essa também é a preocupação de Abílio Alapenha: "os órgãos federais, como a SPHAN, precisam conseguir ver-

bas para o estabelecimento de serviços essenciais à cidade, entre os quais as redes de água e esgotos, cuja ausência está prejudicando Paraty". A população, afirma ele, bebe água poluída e o esgoto corre pelo meio da rua. Já se iniciaram obras de implantação dessas redes, mas as interromperam logo depois.

Mais do que isso, o secretário de obras afirma que desde 1974 o Governo Federal não dá qualquer amparo financeiro à cidade. A Prefeitura dispõe de uma receita de aproximadamente 36 milhões de cruzeiros em 1980, dos quais 14 milhões são gastos apenas com pessoal. Durante o Seminário, vários veranistas e moradores abastados garantiram doações substanciais a programas de melhoria, mas, lembra José Claudio de Araujo, apenas um deles cumpriu o prometido.

Tudo isso gera protestos da população. Os moradores queixam-se de que, afinal, o fato de residirem em um monumento nacional lhes traz apenas ônus - e nenhuma ou quase nenhuma vantagem. São obrigados a renunciarem a alguns confortos, a manterem intactas suas casas, sem que disso lhes venham benefícios, excetuando a receita de turismo, aproveitada por alguns apenas, e uma raríssima ajuda para conservação.

Até o auxílio técnico fornecido por órgãos federais tem sido pequeno, segundo os membros das entidades ligadas à Igreja. O sacristão da Igreja Matriz de Paraty, construção setecentista de linhas simples tombada há mais de 30 anos, mostra as goteiras e a infiltração de água nas paredes laterais. Juntamente com dona Presciliana, lembra que a SPHAN chegou a realizar vários trabalhos de conservação, mas os interrompeu oito meses atrás.

Os participantes do Seminário reivindicaram ainda que a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional abra um escritório permanente na cidade. Os técnicos que nele viessem a instalar-se, acredita Abílio Alapenha, teriam maiores condições de "sentir de perto os problemas do município" e evitariam o que o secretário considera um dos maiores problemas de Paraty, o longo prazo requerido para uma resposta aos pedidos de autorização para construir ou reformar casas.

De um lado, alguns moradores da cidade acham que a instalação do escritório levaria a um abrandamento das posições dos técnicos da SPHAN que hoje evitam o desenvolvimento de várias obras, que desfigurariam ruas da cidade. Esse seria o sentido da "maior compreensão" que esperam. Outra parte da população, como o secretário José de Araujo, adota postura diametralmente oposta. "Se não fosse pelo rigor do Patrimônio Histórico". - diz ele - "haveria lajes e vitrôs por todo o bairro antigo, pois era isso que muitos moradores pretendiam, algum tempo atrás e foi a severidade da SPHAN que nos salvou".

Araujo concorda, porém, que a abertura do escritório de Paraty só trará benefícios, pois possibilitaria não só maior rapidez da análise dos pedidos como também maior eficácia na punição dos contraventores. Afinal, denuncia o secretário de cultura, várias obras embargadas pela Prefeitura e pela SPHAN, por prejudicar o patrimônio, estão prosseguindo contra tudo e contra todos.

Um exemplo dado por ele é o do posto de gasolina que, para ampliar suas instalações, está aos poucos aterrando o canal próximo ao porto. Na praça do Imperador, ao lado da Matriz, já está em funcionamento um bar que desfigura todo o conjunto. E qualquer um pode ver que o casarão que está sendo construído na esquina da rua da Matriz com a rua da Lapa, no coração do bairro histórico, desobedece francamente todas as diretrizes em vigor.

Essas reivindicações estão também perto de serem atendidas. Já se reiniciam as obras de conservação da Igreja da Matriz, anuncia o arquiteto Theodoro Joels, respondendo pela 5ª Diretoria Regional. O escritório local, por sua vez, já tem sua instalação planejada e aprovada. Para que venha a funcionar falta apenas a admissão de pessoal, por enquanto proibida por decreto federal. creto federal.

De todas essas polêmicas trazidas pelo Seminário pode-se tirar pelo menos uma lição maior. É difícil encontrar-se fórmulas que atendam satisfatoriamente a toda a comunidade, mesmo porque em Paraty, como de resto em qualquer outro município, não há apenas um conjunto de interesses. Pelo contrário, passado certo nível básico de reivindicações - como a necessidade de se disciplinar o uso da terra ou a demanda de recursos federais, pontos com que todos concordam - a unidade desaparece e a divergência de interesses se torna nítida.

Essa divergência, na verdade, está presente em todos os momentos. Há pleno acordo, por exemplo, quanto à necessidade de se rever a regulamentação dos loteamentos. Entretanto, ao se discutir como se faria isso, ao se elaborarem as normas que agora serão apresentadas oficalmente à Câmara, surgiram os conflitos. E, no caso, mostrou-se a dificuldade de se conciliarem os interesses dos proprietários de terrenos com as aspirações dos comerciantes locais e, mais ainda, com as intenções dos moradores tradicionais, que com os veranistas mais antigos são os maiores defensores da preservção de Paraty.

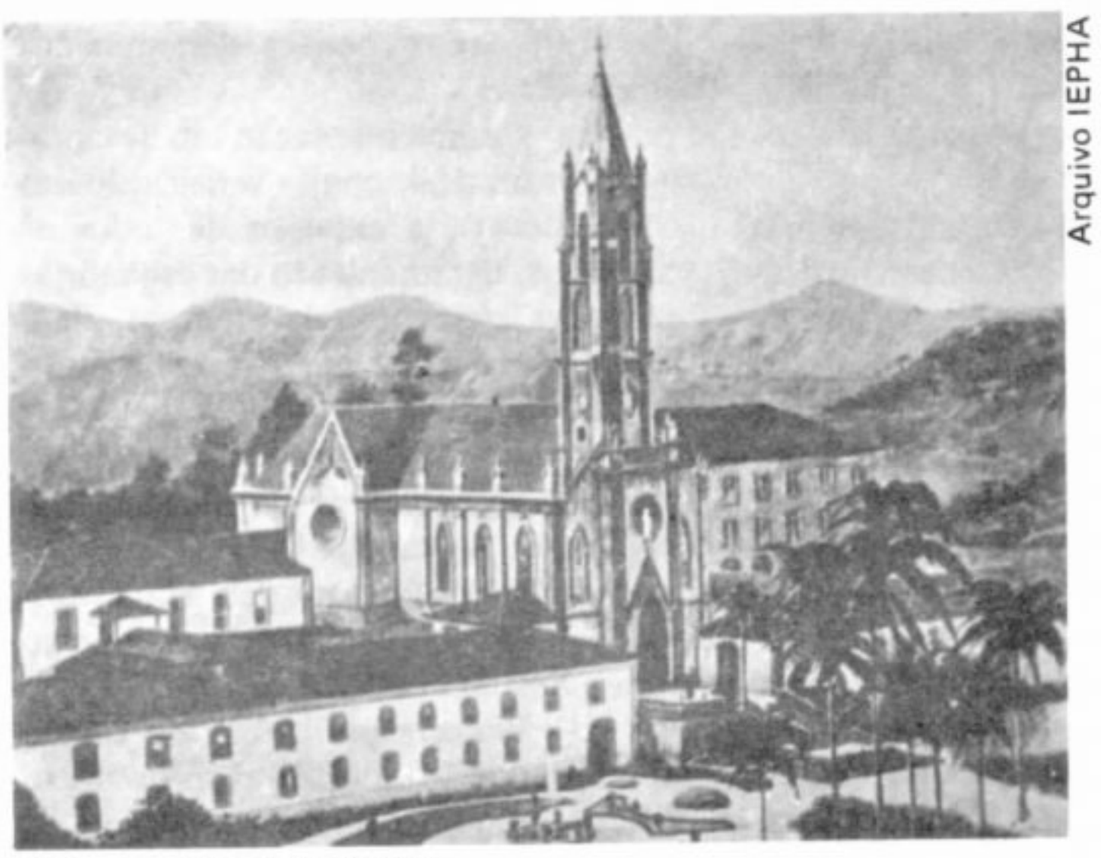
O mesmo conflito se dá com relação à conservação dos prédios, à criação de infraestrutura turística, à ocupação dos edifícios públicos. E até com relação a manifestações culturais. Afinal, um dos principais pedidos da Secretaria de Cultura é o de verbas para a organização de festivais de teatro e cinema. Enquanto um dos principais motivos de protesto da presidente do Apostolado é precisamente o último festival de cinema, realizado em janeiro na Igreja de Santa Rita, tombada pelo Patrimônio Histórico e emprestada à Secretaria para abrigá-lo. "Pobrezinha da Santa Rita, coberta com um, pano, lá no altar, para não ver a tela cheia de mulher pelada", lamenta dona Presciliana.

Janeiro/Fevereiro 1981

SPHAN 10
*pró*Memória

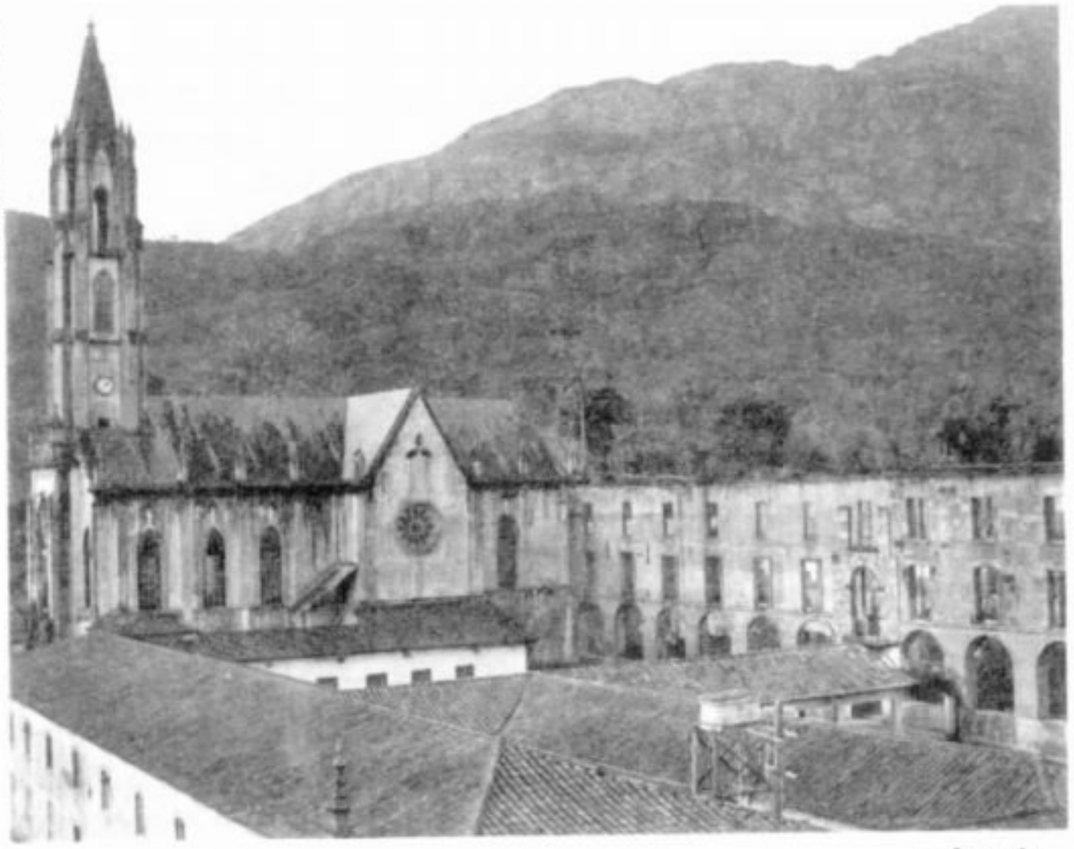
Caraça, mais uma vez centro de cultura

Arquivo IEPHA



O Caraça antes do incêndio. . . . . .

Arquivo IEPHA



. . . . . .e depois

Já está dado o primeiro passo para a restauração do Colégio do Caraça. No dia 2 de fevereiro, em reunião de que participaram o governador Francelino Pereira, o secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, e representantes da Província Brasileira da Missão - os padres lazaristas, proprietários do Colégio - foi aprovado o projeto básico para a recuperação do monumento, severamente danificado por um incêndio há 13 anos.

O projeto, elaborado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, parte de uma análise das funções do velho prédio. Em princípio, não voltará a funcionar no Caraça um colégio regular. Entretanto ele continuará ligado a atividades de estudo e pesquisa: após a restauração disporá de instalações para trabalho e hospedagem de pesquisadores que para lá irão de acordo com programação estabelecida por convênios entre a Congregação e os organismos interessados.

Da mesma forma, leva em consideração a crescente presença de turistas no local. Atraídos não só pelas tradições históricas e pela arquitetura do Colégio mas também pela paisagem - uma das mais belas entre as paisagens mineiras que ainda conservam sua integridade - um grande número de turistas tem procurado a serra do Caraça, especialmente depois que se facilitou seu acesso. Entretanto, desde que o colégio foi desativado esse potencial vem sendo explorado de maneira desordenada e prejudicial à integridade do monumento e das áreas vizinhas.

Nesse sentido, prevê-se inclusive a possibilidade de hospedar turistas, o que pressupõe dormitórios adequados, instalações sanitárias, refeitórios. Além de cantina e lanchonete, destinadas principalmente ao grande número de pessoas que visita o Caraça nos fins de semana.

É evidente que a primeira atividade do Caraça continuará sendo a religiosa. Além da igreja, toda a ala lateral direita do conjunto será reservada às atividades dos membros da Congregação. Essa é, aliás, a área a eles reservada desde a implantação do eremitério, no século XVIII. Na mesma ala se instalarão a secretaria-geral da Congregação, seus arquivos e demais serviços necessários à sua manutenção.

Tudo isso pressuporá uma série de serviços de suporte, que vão desde uma cozinha até enfermaria, depósitos de material de limpeza e dormitórios dos empregados. Em princípio, a maioria desses serviços continuará a funcionar nos pontos atualmente a eles destinados. A administração do conjunto, assim como o atendimento aos visitantes, ocupará a Casa Santa Helena, à entrada do Caraça. Não serão afetados o velho alambique que ainda está em condições de funcionar e a adega, instalada a seu lado, no porão.

COMO ESTÁ

O incêndio de 1968 destruiu o prédio dos fundos, que era ocupado pelos alunos, gabinetes e salas de aula, além do teatro. Pôde-se salvar a maior parte da sua preciosa biblioteca, que contém , entre outras raridades, uma *Historia Naturale,* de Plínio, editada em 1489. No entanto, a igreja, a ala direita e a ala esquerda do conjunto não foram afetadas.

As partes mais antigas do monumento, que datam do século XVIII, não foram portanto atingidas diretamente. São dessa época as alas esquerda e direita, até a sexta janela de cada lado, contadas a partir da igreja. Daí em diante estão as ampliações do século XIX, imitando a parte já existente. A construção é de alvenaria de pedra rejuntada com argamassa de cal, formando paredes excepcionalmente grossas, sobretudo no pavimento inferior. Os telhados têm várias águas, com cumeeiras e espigões.

O Caraça foi fundado em 1774, pelo irmão Lourenço de Nossa Senho-

ra, um português de origem praticamente desconhecida. Afastando-se da região povoada, Lourenço escolheu para a construção de uma ermida a serra que os primitivos colonizadores haviam achado parecida com o perfil de um rosto gigantesco.

Nessa época foram aí construídas uma capela e uma ermida. Ao morrer, já no século XIX, irmão Lourenço legou o santuário ao governo. Dois lazaristas portuguêses fundaram então o Colégio do Caraça, com o apoio da Coroa. Embora não se tenham registros absolutamente precisos, calcula-se que o Colégio chegou a ter até 400 alunos ao mesmo tempo, embora a média não costumasse ultrapassar 300. No total, cerca de 10 mil estudantes passaram por seus bancos, entre eles três presidentes da República e vários governadores de estado.

As maiores modificações introduzidas no conjunto original ocorreram em 1880, quando era superior o padre Júlio Clavelin, o terceiro de uma série de priores franceses. Nesse ano a ala direita foi ampliada, derrubou-se a velha capela do irmão Lourenço, construíram-se a nova igreja neogótica e o edifício de três andares que 90 anos depois seria destruído pelo fogo. Alguns anos depois, Afonso Pena, presidente do estado e ex-aluno, fazia construir os dois belos e longos muros de pedra que formam o corredor destinado a separar o Colégio da horta e do pomar; é da mesma época o sobrado que recebeu seu nome e é hoje conhecido como Casa Santa Helena, em homenagem à irmã Helena Marsillac.

No conjunto estão ainda várias obras de Ataíde: um retrato do fundador Lourenço, uma famosa ceia pintada em 1828 e dois altares barrocos. Está também na igreja a imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que o irmão Lourenco trouxera de Portugal. Em uma das tribunas fica o corpo moldado de cera que cobre os ossos de São Pio Mártir.

O QUE SE FARÁ

"As profundas alterações por que passou o conjunto arquitetônico do Caraça" - diz o projeto do IEPHA - "resultaram na sua heterogeneidade com a maioria das etapas de construção superpostas e identificáveis". Essas ampliações e reformas visavam atender a necessidades funcionais do colégio e resultaram na "aposição de elementos muitas vezes sem obediência a projetos ou estudos que visassem à manutenção harmônica das edificações originais". Após o incêndio, novas construções, embora pequenas, deram continuidade a esse processo, agora visando o atendimento dos visitantes. São sanitários, estacionamentos, uma pequena lanchonete.

Por esse motivo, a restauração exigirá estudos criteriosos e pormenorizados, que apontem soluções que valorizem os elementos mais significativos do conjunto. A intervenção precisará ser cuidadosa, para que se harmonizem os efeitos provenientes das diversas reformas, contornando a descaracterização de ambientes e valorizando esses elementos de maior importância.

Em princípio, serão evitadas novas construções. Com isso se aproveitarão ao máximo os espaços livres que circundam o monumento e se impedirá a desorganização do velho conjunto. O que se fizer necessário em têrmos de "espaço novo" será obtido com a recuperação das ruínas do incêndio, fazendo-se depois uma redistribuição de seu interior. Todo o arcabouço do prédio incendiado - a ala dos fundos do colégio - será consolidado.

As áreas antigas que ainda apresentam traços da composição original serão restauradas, mantendo-se ao máximo o aspecto primitivo. Esses trabalhos de conservação atingirão especialmente as alas direita e esquerda, além da igreja. Da mesma forma, se restaurarão os pavimentos térreos, a Casa das Sampaias - um casarão fronteiro ao Colégio, cuja construção começou em 1830 - e a Casa Santa Helena, visando a possibilidade de seu remanejamento.

Todos os blocos que apresentam valor histórico e arquitetônico passarão por esses trabalhos de conservação. Paralelamente, deverão ser demolidos os blocos de sanitários, passarelas, apartamentos e sacristia construídos recentemente. Finalmente, o jardim fronteiro, hoje transformado em estacionamento, será reconstituído na forma original; os carros passarão a outra área, a ser estudada, nas proximidades da entrada do conjunto.

PRÓXIMOS PASSOS

Aprovado o projeto elaborado pelo IEPHA, passa-se a uma nova fase, por ele mesmo prevista, de detalhamento dos estudos e documentação básica para a elaboração dos planos definitivos. Essa fase compreenderá:

– Complementação do levantamento topográfico, visando a amarração de todos os pontos extremos das edificações;

– Complementação do levantamento cadastral, com a verificação das cotas internas e externas de todos os cômodos, detalhamento das esquadrias e demais elementos de interesse, além do preparo de uma representação gráfica definitiva;

– Prospecções arquitetônicas preliminares, com a verificação das condições estruturais dos prédios, identificação dos materiais constitutivos e análise das alterações que não foram devidamente documentadas;

– Vistoria preliminar do estado de conservação, avaliando-se os trabalhos a serem executados;

– Análise tipológica, arquitetônica e de ambientação, para avaliação do grau de integração ou interferência dos elementos originais que foram alterados, suprimidos ou introduzidos no conjunto definitivo;

– Detalhamento do programa arquitetônico;

– Cadastramento dos elementos artísticos móveis, como telas, molduras, mobiliário, com projeto de restauração, quando necessário;

– Organização da biblioteca – que merecerá atenção especial, dado seu enorme valor – com cadastramento e classificação dos volumes existentes.

A partir daí se elaborarão os projetos definitivos, não só o projeto arquitetônico de restauração como os planos complementares: hidráulico, elétrico, telefônico e assim por diante. Começarão então as obras.

Como o monumento está em constante utilização, as suas diversas edificações serão objeto de intervenção isoladamente. O projeto já define uma ordem a ser obedecida pelo cronograma de ação, que permitirá a continuidade das atividades imprescindíveis à manutenção do monumento. Dentro dessa seqüência, as obras começarão pela ala lateral esquerda, passando desta à ala direita, aos prédios destinados aos serviços, ao prédio arruinado, à Casa das Sampaias e, finalmente, à Igreja.

Janeiro/Fevereiro 1981

SPHAN 10
*pró*Memória

A Matriz de Tiradentes, já restaurada

O mais importante e minucioso trabalho de restauração de um monumento histórico realizado nos últimos anos, em Minas Gerais, foi concluído no final do ano passado pela SPHAN/ Pró-Memória: a recuperaçâo da Matriz de Tiradentes. A fragilidade do material com que foi construída constituiu uma dificuldade a mais; a delicadeza de sua talha dourada exigiu uma atenção especial. Nesta página, uma descrição do trabalho, solicitada ao diretor da 6.a DR, Roberto Lacerda.

Podemos concluir, pelos dados do Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, na então São José del Rei, que a data provável do início da construção da Matriz de Santo Antônio é o ano de 1736. A partir desta data, a construção prolonga-se no tempo até 1786 e teve ainda trabalhos posteriores com a colocação do órgão. Mais tarde, já no século XIX, passa por obras de restauração, quando houve recalques nos apoios do arco-cruzeiro e paredes laterais, que causaram deformações sérias, principalmente na Capela-mor. Pode-se, agora em 1980, neste último trabalho, encontrar peças metálicas de forja e cravos para tentar o salvamento da igreja. São restauros de cem anos atrás.

A Matriz de Santo Antonio é monumento importante da arquitetura religiosa brasileira, não só pela sua excelente talha dourada e pinturas, mas também por ter o risco de sua fachada de autoria do Aleijadinho.

Nos últimos 20 anos, o então IPHAN tinha que dar socorro ao monumento quase anualmente, visto que seu sistema construtivo em taipa de pilão, já em franco estado de senilidade e sem assistência periódica do telhado, sofreu constantemente com infiltrações pluviais, talvez o maior inimigo das paredes de barro. Por tais razões, a água percolou pelos respaldos das paredes externas da Capela-mor, tirando o apoio do duplo frechal e tarugos, ocasionando problemas de flexão que foram até a ruptura, não mais suportando o peso e empuxos dos caibros armados. Isso ocasionou o desnivelamento de tirantes de madeira, os quais perderam sua função de suporte da decoração do retábulo e abóbada da capela-mor, decorrendo então a inversão de sua função, empurrando toda a rica decoração para baixo. Estas eram, sem dúvida, as mais graves lesões apresentadas pelo monumento, fora as deformaçôes na Nave e arco-cruzeiro.

Como medida de urgência, em 1977 foi feito todo um escoramento na

Arquivo SPHAN



capela-mor e consequente alívio de carga, com a retirada de quase todos os elementos decorativos da talha, temerosos de que tudo viesse abaixo, por falta de suporte. Todos estes elementos ficaram depositados no piso da nave, esperando a época oportuna para sua limpeza e imunização, e, posteriormente, a volta para seus locais de origem.

Pelo exposto, a situação do monumento estava a exigir do SPHAN um trabalho grande de restauração, cuja intervenção deveria ser definitiva, usando o máximo de recursos técnicos e fnanceiros de que pudéssemos dispor, pois não mais havia sentido continuar a simples socorros paliativos. Foi então, convocado o arquiteto Fernando Machado Leal, nosso mestre maior em taipa, para fazer uma vistoria capaz de oferecer um diagnóstico mais preciso e indicar os remédios necessários. Em princípio de 1978 o arquiteto nos entregou minucioso relatório, que foi o guia da restauração executada, porém somente em 1980.

Foi trabalho longo e penoso, porém, executado com paciência e dedicação. Ultrapassou o tempo previsto pelo cronograma da obra, em consequência de outros problemas que surgiram durante os serviços em execução. Aliás, tais atrasos em restauração são comuns. Em um trabalho honesto e consciente de restauração é praticamente impossível prever uma data para seu término. Mas pode-se executar um trabalho completo, que passou por todos os elementos da velha Matriz, com exceção do órgão, que já estava restaurado, graças à intervenção da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade. Foi-se das fundações à cumeeira. No arco-cruzeiro, já deformado, houve a troca dos primitivos esteios de madeira, por pilares e pórtico de concreto armado, ocultos pelo revestimento original de madeira decorada. Tal solução resolve, em definitivo, os problemas apresentados naquela área, responsável pela estabilidade da Capela-mor e da Nave. Houve a substituição total da estrutura do telhado posterior do templo, retirando-se a madeira já envelhecida e quase sem função, que cedeu lugar ao concreto armado, critério já adotado e aprovado nos monumentos de taipa, como por exemplo, desde 1939, na Matriz do Pilar, em Ouro Preto.

Além de todos os trabalhos de estabilização, limpeza, remoção e recolocação da talha, mudança de todo o revestimento externo, reforço de esquadrias, forros e pisos, foi elaborado um projeto de luminotécnica que valorizou muito o interior da igreja.

É com orgulho que a SPHAN-Pró-Memória agora devolve a seus proprietários o monumento completamente restaurado e valorizado. Restituiu-se-lhe a dignidade e imponência. Lá está a velha Matriz, ocupando ostensivamente a paisagem urbana da antiga São José del Rei, tendo por magnífico cenário a alcantilada Serra de São José.

São Miguel das Missões
A restauração que começa

O espetáculo de luz e som das ruínas de São Miguel das Missões não será suspenso, mas transferido provisoriamente para a igreja matriz de Santo Ângelo, enquanto durarem os trabalhos de restauração do monumento. Essa decisão foi tomada em reunião realizada a 9 de fevereiro, em Porto Alegre, com a participação do governador Amaral de Souza, do secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, de prefeitos da região das Missões e de deputados federais e estaduais do Rio Grande do Sul.

Durante a reunião fez-se também um balanço dos trabalhos já executados. Estão em fase final os exames recomendados por peritos da Unesco para orientar as obras – e, de acordo com os especialistas da SPHAN-Pró-Memória que os conduzem, procedeu-se até agora a um estudo como nunca fôra feito antes. Entre os exames pedidos pela Unesco estão: levantamento gráfico, fotográfico e fotogramétrico do conjunto, em especial da fachada principal; análise petrográfica dos materiais de suas paredes, bem como de sua resistência; prospecções nas fundações; sondagens do terreno; exame da situação das partes já consolidadas.

A Igreja de São Miguel é a principal das várias construções de vulto empreendidas pelos jesuítas entre 1735 e 1750, durante o período de apogeu de suas reduções – povoamentos por eles fundados, que abrigavam as populações locais sob regras próprias de administração, justiça e relações com os povos vizinhos. Sete reduções foram criadas no Brasil no final do século XVII e início do século XVIII, sendo São Miguel a maior.

TRABALHOS ADIANTADOS

De acordo com especialistas da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, todo esse trabalho prévio estará terminado até o final de abril, talvez mesmo antes. A maior parte das análises necessárias está concluída; os exames de laboratório, mais demorados, entraram em fase final. Restarão apenas alguns levantamentos, como o fotogramétrico, cujos serviços já estão adjudicados.

Começará então a restauração propriamente dita, um serviço delicado que deverá forçar a suspensão temporária de outras atividades no local. Será o caso, por exemplo, do espetáculo de luz e som montado nas ruínas, que será restabelecido tão logo o rítmo das obras o permita.

Na verdade, o espetáculo de som e luz tem recebido críticas. O relatório apresentado pelo professor Roberto Di Stefano, consultor técnico designado pela Unesco para uma análise do conjunto, afirma: "constatou-se que a ambiência do momento está perturbada por equipamentos destinados a espetáculo de som e luz agenciados de maneira inadequada, cuja permanência dificultará o andamento dos serviços".

Não é porém intenção da SPHAN-Pró-Memória suspender definitivamente o espetáculo. Pelo contrário, de acordo com posição já manifestada pelo diretor regional da SPHAN à Secretaria de Cultura e Turismo, deseja-se não só permitir como estimular a integração definitiva do espetáculo de luz e som às ruínas de São Miguel. Estudos conjuntos com a Companhia Regional de Turismo determinarão a maneira mais lógica e racional de se compatibilizar a presença do espetáculo com as ruínas, de modo a restabelecê-lo tão logo o andamento das obras o torne possível. Enquanto isso, decidiu-se na reunião de Porto Alegre que o espetáculo será deslocado temporariamente para outro ponto de região missioneira, em princípio a Matriz de Santo Ângelo.

CONFIRMAÇÃO

Os estudos que agora estão sendo concluídos deram aos técnicos uma notícia bem aproximada de suas suposições iniciais, explica Fernando Machado Leal. Confirmaram-se assim hipóteses relativas ao estado de decomposição das paredes e ao processo de tensões internas verificadas no monumento.

Não deverá ser necessária, portanto, uma intervenção tão radical quanto a que se efetuou em 1938 na torre e no pórtico das ruínas. Metade da torre foi desmontada e posteriormente remontada, já na posição correta. Uma intervenção desse tipo chegou a ser novamente cogitada, mas o exame acurado feito pelo professor Roberto Di Stefano quando veio ao Brasil em agosto do ano passado, a pedido da SPHAN-Pró-Memória, mostrou que provavelmente não se precisará recorrer a uma medida como essa.

Não acredita o professor Di Stefano que se recomende agora a desmontagem do monumento, mesmo se tivesse havido uma evolução técnica nesse processo desde sua primeira utilização no local. A evolução técnica – afirma o consultor técnico da Unesco em seu relatório – deve servir exatamente para que se encontrem outras soluções, pois se há 40 anos a desmontagem talvez fosse realmente o melhor caminho, hoje já estão desenvolvidos novos sistemas de consolidação.

O professor Di Stefano e a equipe que o acompanhou constataram que, além das deformações mais graves existentes na frontaria, o conjunto de São Miguel apresenta uma série de defeitos estáticos, em especial na torre e nas arcadas que ladeiam a nave. A ameaça maior, confirmou-se, localiza-se na frontaria da igreja, acentuadamente inclinada.

As respostas definitivas a todas essas questões, serão dadas pela análise dos laudos fornecidos pelos exames agora em fase de conclusão. Terminados, esses laudos serão enviados ao professor Di Stefano, que deverá fazer um pronunciamento final, iniciando-se a seguir os trabalhos de restauração.

Janeiro/Fevereiro 1981

SPHAN 10
próMemória

Para salvar o vinho de caju

Desejando conhecer a técnica de produção do vinho de caju e colocá-la no contexto da nossa chamada Tecnologia Patrimonial, técnicos da Fundação Nacional Pró-Memória escolheram a Fábrica de Vinho de Caju Tito, Silva & Cia., localizada à rua da Areia, 33, em João Pessoa, Paraíba, para estudo do caso, por ser a mais antiga do ramo sua fundação foi em 1892 - e porque, embora utilize máquinas para o produto final, a elaboração se processa de forma tradicional.

A pesquisa, além de reconhecer a produção do vinho de caju como um dos fenômenos da Tecnologia Patrimonial – o conjunto de conhecimentos e técnicas populares historicamente determinadas – revelou que a Fábrica Tito, Silva & Cia. encontra-se ameaçada de fechar por falta de condições econômicas.

Desde a sua fundação no final do século XIX, por Tito Enrique da Silva, permaneceu como manufatura caseira até 1917: seus únicos empregados eram a mulher e os filhos do fabricante. Posteriormente, por volta da década de 40, o processo de produção deixou de ser artesanal em todas as

Arquivo SPHAN



Pii

Já não se fabricam mais vinhos como os de antigamente . . . Apesar de ameaçado de desaparecer o vinho Tito Silva continua sendo um produto de grande aceitação popular em vários estados do país, sobretudo no Nordeste.

Arquivo SPHAN



Pii

O prédio da fábrica é uma construção típica do final do século XIX cobrindo uma área de 1800 metros numa das ruas mais antigas e centrais de João Pessoa.

suas fases, devido à importação de máquinas da Inglaterra e dos Estados Unidos. A produção subiu a seu índice maior, consumindo de 25 a 30 toneladas diárias de caju.

O número de barris para acondicionar o mosto – xarope obtido com o suco do pedúnculo misturado ao açúcar e mais um material químico chamado metabissulfito – chegou a cinquenta, e foram feitos na própria fábrica; hoje encontram-se desmontados no depósito. Gastavam-se cinquenta sacos de açúcar por dia e produziam-se cinco tipos de vinho.

O vinho de caju da fábrica Tito, Silva &Cia. tornou-se então um produto de grande aceitação e procura em vários Estados do país, sobretudo no Nordeste. A firma possuía viajantes que percorriam toda a região. No Centro-Sul até hoje é vendido por intermediários e só para o Rio de Janeiro os pedidos excedem quatro mil dúzias. Há também encomendas do exterior – Alemanha e Estados Unidos. Como atender?

Segundo os atuais proprietários da fábrica a crise financeira, iniciada em 1964, reduziu a produção para um terço nestes últimos anos. A história é a mesma de inúmeras outras empresas de pequeno porte que, apesar de bem administradas, não puderam sobreviver à nova orientação do modelo econômico voltado para o fortalecimento das grandes empresas e a concentração de capitais.

A partir de então o volume de capital exigido para manter e ampliar o nível de produção, ou seja, gastos com transporte, compra de insumos e matéria-prima, manutenção e reposição de máquinas, ultrapassa em muito os lucros obtidos na comercialização de um produto que, sendo de consumo popular no Nordeste, não pode ter seu preço constantemente elevado, já que o poder aquisitivo do povo é baixo.

Some-se a isto o fato de que o imposto vinícula no Sul para o vinho de uva é de 10%, enquanto para o de caju é de 30%, mais o ICM de 16% perfaz o total insuportável de 46%.

Assim, não dispondo de capital de giro face às despesas com a produção e comercialização, a firma contraiu com a Receita Federal um débito de dois milhões de cruzeiros que pedido para ser parcelado sofreu indeferimento do Ministério da Fazenda.

Diante de tais dificuldades, todo o sistema de fabricação do vinho voltou a ser artesanal, uma vez que as máquinas para a etapa conclusiva estão todas quebradas, retrocedendo assim aos seus primórdios. Atualmente, para se adquirir o vinho de caju é necessário que se faça um adiantamento de 50% para que se possa comprar a matéria-prima necessária.

SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Os proprietários não têm interesse em vender a fábrica, mas sim em sair do impasse econômico em que se encontram. Para tanto, vêm procurando apoio de órgãos federais, estaduais e de particulares. Mas o débito para com a Receita Federal impede que tenham acesso aos estabelecimentos de crédito. É a velha história: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

O patrimônio da empresa orça em muito mais do que o débito: possui uma área de 1.800 metros de construção e o imóvel vale mais de 15 milhões de cruzeiros. A experiência de desfazer o patrimônio para jogar recursos na fábrica, tentada no início da crise, não resolveu o problema e reduziu consideravelmente o seu montante.

Para os proprietários a solução seria ampliar a produção através de máquinas modernas para a etapa final da produção, sem contudo alterar a qualidade do vinho e o processo de fabricação que deve continuar artesanal. A matéria-prima, embora tenha distanciado a sua aquisição, encontra-se a cerca de 70 km da fábrica, necessitando apenas de capital para sua compra.

Consideram, com o apoio dos pesquisadores, que se houvesse ajuda, poderiam diversificar a produção com o fabrico de suco e doces cristalizados. Para isso, estipulam a soma de dez milhões de cruzeiros ou incentivos fiscais que a médio prazo concorreriam para o decréscimo de seus encargos.

ETAPAS DE PRODUÇÃO

O pedúnculo do caju é a matéria-prima essencial para o fabrico do vinho. Antigamente, era encontrado nos arredores da fábrica. Entretanto, com os loteamentos e os constantes cortes para o fabrico do carvão vegetal, estas plantações desapareceram. Atualmente a aquisição é feita em Jacaraú, Trincheiras e Montanha, na Paraíba e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Os outros ingredientes constantes no vinho são água, açúcar, álcool, metabissulfito de sódio, cola e ácido cítrico. Depois de lavado, o pedúnculo é triturado em máquina inventada pelo senhor Tito, semelhante a um ralador de mandioca. Daí é conduzido para as prensas manuais. O bagaço é jogado fora. O suco é guardado em tonéis com uma certa porcentagem de açúcar. Dois ou três dias depois é adicionado o metabissulfito para cortar a fermentação. O mosto obtido é acondicionado em tonéis por tempo indeterminado. Toma-se então uma determinada quantidade de mosto, adicionam-se água, mais açúcar, ácido cítrico e álcool. Depois é levado ao laboratório para medir a acidez e graduação alcoólica. Em seguida o vinho é colado, isto é, adiciona-se uma cola importada da Alemanha, extraída da escama de um determinado peixe. Esta cola funciona como centrifugador, absorvendo todas as partículas existentes. Depois de colado, fica em repouso por uns dias e volta ao laboratório para possíveis correções. Só uns quinze dias depois é engarrafado e rotulado.

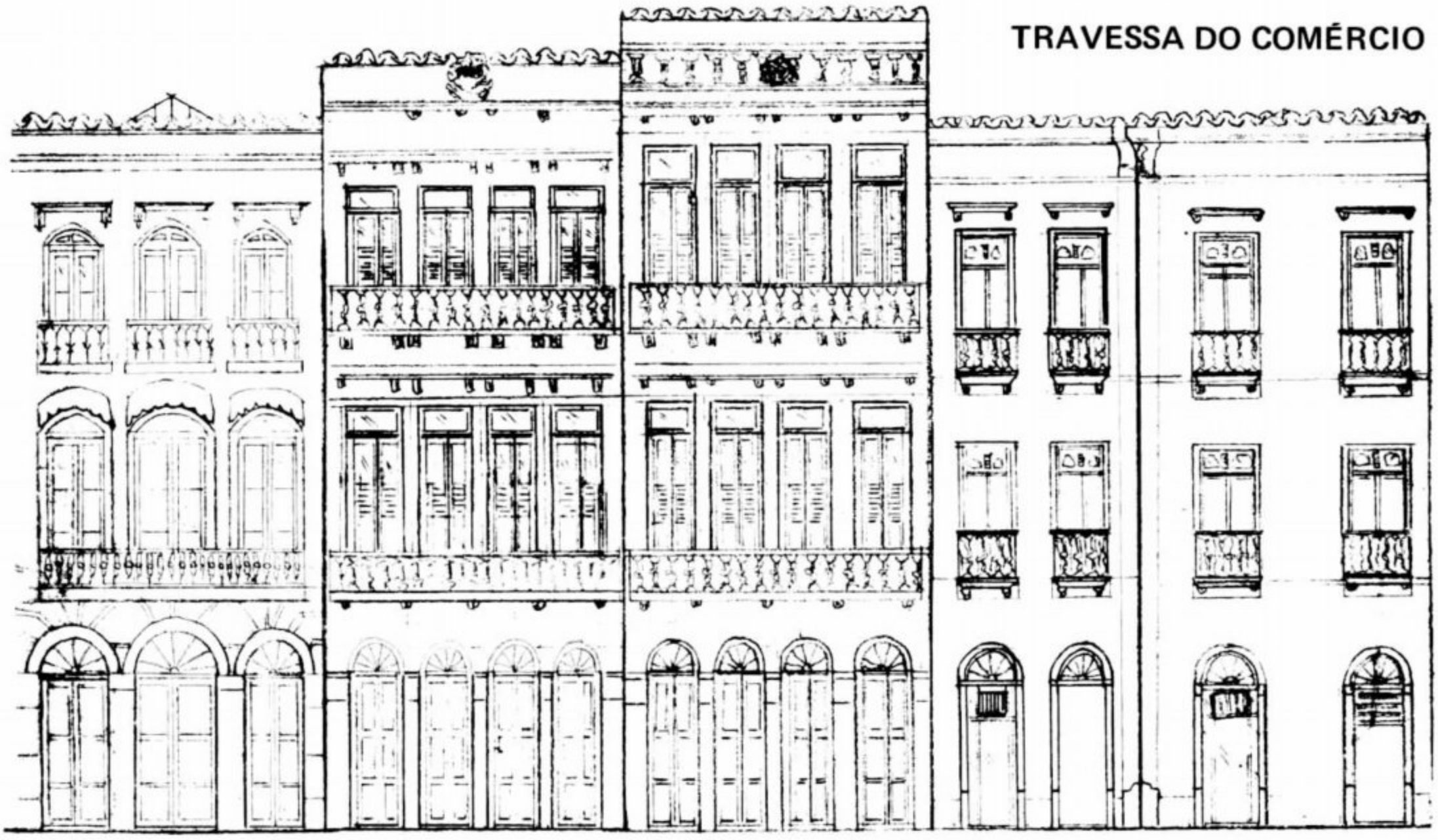
POR QUE SE ESFORÇAR

Pergunta-se: valeria a pena instituições e órgãos oficiais empreenderem esforços no sentido de revitalizar a Fábrica de Vinho Tito Silva? Sim, sob dois aspectos: primeiro, pelo seu caráter de Tecnologia Patrimonial, traduzindo o fazer popular; em segundo lugar, porque se ameaça desaparecer não é por um processo natural de substituição de uma técnica produtiva por outra, ou de um produto por outro, mas sim por imposição de discutíveis leis de mercado. Uma vez fortalecida, a fábrica voltará não só a fornecer satisfatoriamente um produto de larga aceitação popular, como também será fonte de trabalho e renda para um número razoável de pessoas.

Janeiro/Fevereiro 1981

SPHAN 10

*pró*Memória



Cadastrados prédios históricos da Praça XV

O estudo dos imóveis localizados na região da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, está concluído, depois de um ano de trabalho em que estagiárias da Fundação Mudes, coordenadas pela arquiteta Dora Alcântara, fizeram o fichamento de cada um dos 53 prédios que integram aquele conjunto.

De acordo com a arquiteta, o estudo foi feito em face da necessidade de se definir critérios para melhor avaliação da arquitetura da primeira fase do período republicano e para atender ao pedido de colaboração dos responsáveis pela implantação do Projeto do **Corredor Cultural**.

Explicou ainda que o pedido de colaboração vinha ao encontro da necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a arquitetura mais vulgar, de programa comercial-residencial, exatamente a que se encontra em grande parte da região da Praça XV.

Foi elaborada uma ficha adequada às características dos imóveis da Praça XV, a partir de modelos de fichas adotados pela SPHAN e outras instituições. Aproveitou-se, então, um trabalho feito pela Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN sobre o entorno dos monumentos tombados existentes na área, desenvolvido pela arquiteta Lia Motta, também com a colaboração das estagiárias da Fundação Mudes. O estudo obteve subsídios, também, nos trabalhos feitos por estudantes de três períodos da Faculdade de Arquitetura da UFRJ.

A área onde se concentraram os trabalhos é delimitada pela Praça XV de Novembro e Praça Pio X, na Candelária, e pelas ruas Primeiro de Março e do Mercado. Nessa área, todos os prédios foram fichados, tiveram as suas fachadas desenhadas uma a uma, além dos levantamentos das plantas e desenhos de esquadrias, serralherias, balcões, bandeiras e grades.

Alguns prédios são ainda do final do século XVIII, tendo sido modificados nos anos seguintes, porém mantendo características da época de construção. No início, o programa usual era comercial-residencial, mas logo depois a atividade comercial tomou conta do lugar, restando hoje apenas seis imóveis com uso residencial. A maior parte é de prédios com dois ou três pavimentos, ocupados por um tipo de comércio muito ligado à atividade de pesca, além de bares, restaurantes, depósitos e gráficas.

Desde a definição do projeto **Corredor Cultural**, a área conta com proteção de legislação municipal, que impede a construção, no local, de prédios com mais de 4,5 metros de altura, o que desestimula a demolição. Mesmo assim, a proteção é considerada insuficiente, pois podem ocorrer modificação de fachadas e de outras características que identificam o imóvel como sendo de época determinada.

Paraná conclui plano e começa a restaurar o acervo do interior

Cidade que tem demonstrado, na prática, os resultados do planejamento urbano criterioso, apontada sempre como exemplo de como é possível crescer sem comprometer a qualidade de vida da população. Curitiba tem, na questão da proteção ao patrimônio cultural, mais uma valiosa contribuição a dar às outras metrópoles brasileiras.

Desde dezembro de 1977, quando foi concluído o Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba, diversas ações vêm sendo desenvolvidas no sentido de efetivar a proteção ao patrimônio cultural, a exemplo da que resultou no cadastramento de 600 prédios localizados no núcleo mais antigo da cidade, para o qual já há hoje legislação específica de proteção.

Mas a ação não se limita à cidade de Curitiba, estendendo-se a 13 outros municípios, que formam a região metropolitana da capital paranaense. Desde a conclusão do Plano, nove desses municípios já foram beneficiados com obras de restauração e de agenciamento paisagístico. A idéia dos responsáveis pelo trabalho é a de que, ao propiciar equipamentos de cultura e lazer à população dos municípios que integram a região metropolitana, elimina-se a atração exagerada por Curitiba, que assim pode manter ordenado o seu crescimento.

INÍCIO DO TRABALHO

A decisão de avaliar o acervo cultural partiu da Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná que, através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, contratou uma equipe formada por 31 técnicos, sob a coordenação do arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra.

O trabalho foi iniciado em 20 de junho de 1977 e se estendeu aos 14 municípios da região metropolitana de Curitiba, abrangendo somente os bens arquitetônicos. Nos seis meses de duração dos trabalhos, foram pesquisadas 1.143 unidades, das quais 760 foram inventariadas. O trabalho foi dividido em duas partes: o inventário analítico e o conjunto de diretrizes para a preservação.

O inventário analítico, por sua vez, se processou em cinco etapas: pesquisa documental, pesquisa de campo preliminar, avaliação da arquitetura, pesquisa histórico-arquitetônica e análise qualitativa do inventário. A pesquisa documental resultou num "quadro histórico da ocupação", que delineia o processo histórico do desenvolvimento regional através dos ciclos da mineração, do gado e tropeirismo, do mate, da madeira e da imigração, ciclos esses que moldaram a história regional.

A Pesquisa de Campo Preliminar consistiu em uma investigação geral dos municípios, tendo como roteiro inicial os dados coletados na pesquisa documental e as informações orais recolhidas nas prefeituras. O trabalho inicial abrangeu a área urbana, seguindo-se a cobertura do interior. Na etapa de Avaliação da Arquitetura foi estabelecido um primeiro critério de avaliação em três categorias.

A etapa Pesquisa Histórico-Arquitetônica compreendeu um aprofundamento do processo de inventariação, através da execução de duas pesquisas de campo simultâneas: histórica e arquitetônica. A primeira, abrangendo as unidades classificadas nas categorias A e B, consistiu no levantamento de dados sobre a origem e história dessas edificações, a partir de fontes documentais e orais. A segunda, a pesquisa arquitetônica, consistiu no levantamento gráfico de medição e execução das plantas em escala de 1:100, na complementação fotográfica das unidades classificadas como A e B e na complementação informativa referente a todas as unidades classificadas nas três categorias. Nessa etapa em que o trabalho de pesquisa exigiu um maior contato com a população, procurou-se identificar as construções consideradas artísticas, históricas ou sentimentalmente importantes para a comunidade, bem como seu grau de interesse pela preservação do acervo cultural.

A etapa final de inventariação foi a de Análise Qualitativa do Inventário, que resultou em uma graduação, segundo a prioridade em termos de preservação, ou seja: *categoria 1* – fundamental; *categoria 2* – relativa; *categoria 3* – secundária.

DIRETRIZES

Depois de concluído o trabalho de inventário analítico e estabelecida uma ordem de prioridade para cada exemplar arquitetônico, os responsáveis pelo estudo trataram de propor linhas de ações necessárias para uma efetiva sobrevivência do acervo inventariado. Antes de propor as ações para preservação, os técnicos fizeram a seguinte consideração:

– Uma política eficaz de proteção da arquitetura antiga deve se basear em uma linha de revitalização de uso. A grande maioria das construções arroladas é composta de casas de moradia. A ameaça que comumente ronda esse tipo de edificação é a sua inadequação aos padrões atuais de habitação. Pretender que seus proprietários venham a preservar suas velhas casas por filantropia cultural é tolice. Pode-se, porém, pretender que uma parte desses proprietários se conscientize, que uma outra parcela seja induzida a isso por vantagens oferecidas pelo poder público, que uma outra se disponha a vender a quem queira conservar e que o Estado ou o Município assuma diretamente a preservação do restante.

As linhas de ação propostas no Plano são, basicamente, as seguintes: 1) revitalização de uso através da reciclagem de edificações antigas; 2) dinamização cultural através da implantação de um programa de Casas de Cultura; 3) complementação cultural através da criação de museus a nível regional (Museu do Mate e Museu do Colono); 4) desenvolvimento turístico através da equipamentação de polos e do estabelecimento de um roteiro turístico das colônias. Por último, foram relacionadas as providências a serem adotadas a nível estadual e municipal, como o tombamento das construções mais significativas e outras.

INAUGURADO MUSEU HISTÓRICO DO PIAUÍ

Com uma exposição de fotos históricas e de produtos da farmacopéia piauiense, foi inaugurado no dia 22 de dezembro o Museu Histórico do Piauí, no prédio que abrigara o Tribunal de Justiça do Estado. O edifício, um dos mais antigos de Teresina, foi completamente restaurado, em um trabalho conjunto do governo do Estado e da SPHAN-Pró-Memória.

Construído em meados do século XIX, logo após a fundação da cidade, o prédio serviu inicialmente como residência. Em 1879, porém, para ele transferiu-se o governo provincial. Quase quarenta anos depois, em 1927, passaria do Executivo ao Judiciário. Finalmente, em 1975, foi desocupado pelo Tribunal de Justiça.

Nesse momento a Fundação Cultural do Piauí sugeriu seu aproveitamento como Museu Histórico, após restaurado. A estrutura do prédio estava em bom estado de conservação, mas o uso continuado o descaracterizara internamente. Os pisos, forros, tetos e esquadrias estavam também danificados.

A restauração devolveu ao velho edifício, que se localiza bem no centro de Teresina – na praça Marechal Deodoro, esquina com rua João Gaioso – suas feições originais. O prédio é de estilo neoclássico, mas apresenta um interesse especial: na sua construção obtiveram-se soluções inovadoras de coberta em carnaúba, que lhe conferiram, além do valor histórico e artístico, um grande valor sob o ponto de vista da técnica.

Hoje, o Museu Histórico já abriga um acervo de 4 mil peças, além de livros e fichas informativas, organizados com a participação do Instituto Joaquim Nabuco, do Recife, mediante convênio. Conta ainda com pessoal altamente especializado, da Fundação Cultural do Piauí.

Duas de suas salas são hoje reservadas a exposições, para artes plásticas. Foram elas que abrigaram as duas exibições de inauguração. No térreo há ainda um auditório para 300 pessoas, um pátio interno usado principalmente para projeções noturnas e salas reservadas à pesquisa e à administração.

As exposições permanentes estão distribuídas por oito salões, reservados às Ciências da Natureza, à Pré História (com uma coleção considerada notável, incluindo urnas funerárias e utensílios de pedra lascada), Brasil Colônia, Brasil Império, República, arte sacra, arte popular (ampla coleção de artesanato local) e numismática.

SPHAN – EBTU ASSINAM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, EBTU, considerará prioritários os investimentos em núcleos históricos e vinculados a medidas de preservação, condicionando ainda sua participação em projetos, nesses núcleos, a uma articulação com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A medida foi tomada em protocolo de cooperação técnica assinado em janeiro pelo secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, e pelo presidente da EBTU, Jorge Guilherme Francisconi, representando respectivamente o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério dos Transportes.

De acordo com o protocolo, a EBTU fará constar da orientação que oferece a estados e municípios, para montagem de programas de investimento em transporte e circulação, uma nova condição: a empresa condicionará sua participação a um prévio entendimento do órgão interessado com a SPHAN. Com essa providência serão evitados, por exemplo, programas de transportes urbanos que possam causar danos a áreas de valor histórico e artístico.

A EBTU consultará também a SPHAN quando da execução de projetos de circulação e transporte em núcleos históricos. Reverá ainda, quando solicitado pela SPHAN, os investimentos já programados pela empresa nesses núcleos, de modo a adequá-los aos objetivos de preservação do patrimônio.

Por sua vez, a Secretaria apresentará à EBTU a relação dos núcleos urbanos de valor histórico e artístico que requerem tratamento diferenciado em termos de investimentos em circulação e transporte, visando a conservação de suas características. Nesse sentido, a SPHAN vai sugerir à EBTU investimentos em projetos adequados ao bom funcionamento dos núcleos históricos.

O protocolo estabelece ainda que a SPHAN prestará assessoria aos estados e municípios na elaboração dos planos de circulação e de transporte nesses núcleos e opinará a seu respeito, quando consultada pela EBTU, buscando estabelecer prioridades e compatibilizar os investimentos com os objetivos de conservação das características das áreas consideradas de valor histórico e artístico.

Nesse sentido, dispõe o protocolo assinado que a EBTU e SPHAN estabelecerão um sistema de informações contínuo a respeito de iniciativas e projetos de circulação e transportes em núcleos históricos, mantendo-se mutuamente informadas sobre inovações e experiências nesse setor, tanto do Brasil quanto do exterior.

DRs E ENTIDADES ESTADUAIS DISCUTEM PROGRAMAÇÃO PARA 81

Com o objetivo de conhecer e discutir as instruções para formulação do programa de restauração e conservação de bens culturais, juntamente com os planos de obras de 1980 e 1981 reuniram-se em Brasília, de 5 a 10 de janeiro, a Direção Geral da SPHAN/Pró-Memória e representantes de Fundações Culturais dos Estados.

O encontro contou ainda com a participação de Francisco Junqueira Bruzzi e Pedro Paulo Ulyssea, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de Jorge Guilherme de Magalhães Francisconi e Marcos César Formiga, da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, EBTU.

Ao fazer o balanço das atividades da SPHAN/Pró-Memória em 1980, a direção considerou o saldo positivo, apesar das dificuldades com a escassez de verbas e de pessoal. Prossegue a política de descentralização, passando as DRs a terem maior autonomia e poder de decisão. Reafirmou-se, por exemplo, que a aprovação de projetos é da sua competência, devendo apenas ser enviada uma cópia para a SPHAN – Rio, para que se faça a memória dos projetos aprovados.

Caberá, portanto, aos responsáveis pelas Diretorias Regionais buscar

soluções alternativas para problemas diversos que atingem a questão da preservação de bens culturais, desde a dificuldade de se calcular o custo de obras em face das pressões inflacionárias, até a falta de técnicos especializados na área de restauração de bens móveis.

MUSEU AO AR LIVRE DE ORLEANS SERÁ AMPLIADO

O Convênio da Embratur com a SPHAN/Pró-Memória, assinado em novembro de 1980, permitirá que se instalem novas unidades no Museu ao Ar Livre de Orleans, Santa Catarina, que figura entre as iniciativas mais avançadas e dinâmicas do gênero.

Segundo uma concepção nova e mais abrangente do sentido e papel dos museus, o projeto de Orleans abrange uma área de 20 mil metros quadrados com oficinas e instalações à disposição da comunidade para a produção de bens de consumo usual, funcionando ali pequenas oficinas e micro-unidades de trabalhos diversos. É também um rico laboratório para estudos e pesquisas e oferece ao visitante um quadro expressivo da cultura local.

Inaugurado em agosto do ano passado, o museu vem sendo instalado parceladamente, à medida em que são liberados os recursos necessários. Os 700 mil cruzeiros cedidos pela Embratur através do convênio servirão para realizar obras destinadas a abrigar o restante do acervo, tais como a Casa do Colono, característica do estilo de construção residencial dos imigrantes, o atelier de trabalhos manuais, o palco coberto para espetáculos ao ar livre, oficinas de olaria e ferraria, galpão para meios de transportes típicos, o Centro de Documentação e consultas. Prevê-se ainda a criação de um jardim para urbanizar a área respeitando a flora regional.

Entretanto, a quantia estipulada no convênio não cobre todo o custo das obras, orçado em 3 milhões 500 mil cruzeiros, devendo a SPHAN/Pró-Memória buscar outras fontes de recursos. Imagina-se que não será difícil, já que existem outros órgãos e instituições igualmente envolvidos na questão da preservação dos bens culturais do povo.

APROXIMA-SE A CPI DO PATRIMÔNIO

Começam na primeira semana de março os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito formada pela Câmara dos Deputados para investigar a situação do patrimônio histórico e artístico do país. A sessão legislativa de 1981 se inicia a 1º de março, um domingo, e na semana seguinte a CPI deverá reunir-se para aprovar o roteiro que orientará suas investigações.

Na verdade, formalmente a CPI já está em ação. No dia 5 de dezembro passado, logo antes de se encerrar a sessão legislativa de 1980, a Comissão reuniu-se pela primeria vez. Seus membros -- 11 titulares e 10 suplentes – assumiram o posto e elegeram o presidente, o vice-presidente e o relator da CPI, respectivamente deputados Célio Borja, Vicente Guabiroba e Fernando Coelho.

Foi o próprio Fernando Coelho o autor do requerimento constituindo a Comissão Parlamentar de Inquérito. Para justificá-la, afirmava que "monumentos históricos e artísticos que deveriam ser cuidadosamente preservados correm o risco de desaparecer; velhas cidades vem sendo descaracterizadas, às vezes não apenas com a complacência, mas por força até mesmo de obras que os poderes públicos executam, sem qualquer orientação; paisagens naturais como as de quase todo o litoral estão sendo mutiladas pela especulação imobiliária".

Nesse sentido, o parlamentar deu alguns exemplos. Acervos como o de Olinda – disse – continuam presentemente sob ameaça de destruição em virtude do deslizamento de morros. Ao mesmo tempo, documentos de valor inestimável são desviados ou destruídos, em muitos casos até por ignorância daqueles que detêm a sua guarda, denunciou.

Designado relator da CPI, o deputado Fernando Coelho deverá apresentar uma proposta de roteiro para os trabalhos, a ser analisada pelos membros da Comissão. Dessa proposta constará uma relação das pessoas a serem ouvidas, assim como – caso o relator considerar de interesse – inspeções a áreas de interesse histórico ou artístico do território nacional.

Essa relação ainda não está pronta. Sabe-se, porém, que ela deverá ser a mais ampla possível, abrangendo figuras representativas de diversos setores, entre as quais professores, artistas; historiadores, jornalistas e membros de comunidades locais, além de técnicos e especialistas vinculados a órgãos públicos e privados do setor.

QUEM FORMA A CPI

O deputado **Célio Borja**, presidente da Comissão, pertence ao PDS fluminense e tem 52 anos. Professor de Direito Constitucional e de Teoria Geral do Estado, iniciou sua vida parlamentar em 1963 e está na Câmara Federal desde 1971, após ter sido também Secretário de Estado. Líder do governo na Câmara Federal, deixou o posto para presidí-la no biênio 1975-1976. Assumiu depois a presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Vicente Guabiroba, eleito vice-presidente da CPI, também é do PDS. Sua carreira política iniciou-se com a eleição para prefeito de Guanhães, Minas Gerais. Terminado o mandato, foi presidente da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e duas vezes deputado estadual. Está na Câmara Federal desde 1979, para a qual foi eleito com mais de 55 mil votos.

O relator da CPI – e autor do requerimento para sua constituição – deputado **Fernando Coelho**, está em seu segundo mandato federal e tem 48 anos. Como vice-líder do extinto MDB, já participou de duas outras CPIs, a do Proterra e a do Ensino Superior, de ambas como vice-presidente. Nas eleições de 1978 foi o terceiro deputado mais votado de seu estado, Pernambuco, e está hoje no PMDB.

Da CPI fazem parte ainda dois deputados do PP, o jornalista maranhense **Edson Vidigal,** ex-vereador de Caxias e presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, e **Juarez Batista,** industrial de Uberaba que também já participou de uma CPI, a da Loteria Esportiva. Está designado pelo PTB na Comissão o deputado **Vilela de Magalhães**, paranaense de 46 anos que na legislatura passada representava seu **estado** no Senado Federal.

A comissão terá ainda os deputados **Geraldo Guedes, Nilson Gibson, Bezerra de Melo** e **Rômulo Galvão,** todos do PDS, e **Israel Dias Novaes,** do

PMDB. Geraldo Guedes está na Câmara desde 1959; foi secretário de Estado duas vezes e desempenhou diversas missões no exterior, Pernambucano como ele, Nilson Gibson é advogado e nas eleições de 1978 foi o terceiro mais votado de seu partido, a extinta Arena.

O deputado Rômulo Galvão tem 50 anos e foi secretário da Educação e Cultura de seu estado, a Bahia; elegendo-se para a Câmara pela primeira vez em 1974, presidiu a Comissão de Educação. Paulista, o deputado Manoel Bezerra de Melo está na Câmara Federal desde 1967; foi ainda reitor da Universidade de Mogi das Cruzes. O deputado Israel Dias Novaes foi o primeiro parlamentar cassado – a ele foi aplicado o AI-5 em 1969 – a voltar a um mandato federal, passando então a ocupar a vice-liderança do MDB.

Integram ainda a CPI, como suplentes, seis deputados do PDS: **Alcebíades de Oliveira,** do Rio Grande do Sul; **Alvaro Valle,** do Rio de Janeiro; **Hugo Napoleão**, do Piauí; **João Faustino,** do Rio Grande do Norte; **Leur Lomanto,** da Bahia; e **Vieira da Silva,** do Maranhão. A oposição conta com quatro suplentes, dois do PMDB, o mineiro **Ronan Tito** e o fluminense **Modesto da Silveira,** e dois do PP, o baiano **Ubaldo Dantas** e o fluminense **Marcio Macedo.**

CONCLUÍDAS OBRAS NO RIO E NO ESPÍRITO SANTO

A 5ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional concluiu, em 1980, dezenove obras em cidades dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, região sob sua responsabilidade. Para este ano, além dos trabalhos que estão previstos no Plano de Obras, a 5ª DR estuda a oportunidade de iniciar obras de restauração no Convento Santo Antônio, na Igreja do Carmo e no prédio da antiga Alfândega, todos no município do Rio de Janeiro.

Recentemente, foram retomadas as obras de recuperação do Porto de São Mateus, importante núcleo histórico formado por 31 imóveis, tombado em 1976 pelo Estado do Espírito Santo. Numa primeira etapa serão feitas revisões dos escoramentos realizados anteriormente e iniciadas as obras de restauração do prédio que abrigará a Lira Mateense.

O QUE JÁ SE FEZ

As obras concluídas no ano passado na área de abragência da 5ª Diretoria Regional da SPHAN, foram as seguintes: recuperação da fachada norte do Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, no valor de Cr$ 12 milhões 749 mil; reastauração do anexo da Divisão de Divulgação do Museu Imperial, em Petrópolis, no valor de Cr$ 1 milhão 709 mil, além do projeto e instalação de refletores, no mesmo Museu, no valor de Cr$ 159 mil. Obras de conservação e restauração foram feitas nos seguintes monumentos: Museu de Benjamim Constant, no Rio de Janeiro, no valor de Cr$ 358 mil; Igreja N. S. do Carmo, em Carmo-RJ, no valor de Cr$ 120 mil; Igreja da antiga Fazenda de São Bento, em Caxias-RJ, no valor de Cr$ 90 mil; Igreja Matriz de N. S. da Conceição de Pati dos Alferes, em Vassouras-RJ, no valor de Cr$ 280 mil; Igreja N. S. da Saudade, no Rio de Janeiro, no valor de Cr$ 300 mil; Igreja de Santa Rita, em Parati-RJ, dois contratos, nos valores de Cr$ 300 mil e Cr$ 400 mil; casa de Grandjean de Montigny, no Rio de Janeiro, no valor de Cr$ 2 milhões 800 mil; ruínas do Convento São Bernardino, em Angra dos Reis-RJ, no valor de Cr$ 400 mil; Forte Defensor Perpétuo, em Parati-RJ, no valor de Cr$ 1 milhão 800 mil; residência anexa à Igreja N. S. da Assunção, em Anchieta-ES, no valor de Cr$ 700 mil; Solar Monjardim, em Vitória-ES, no valor de Cr$ 1 milhão 500 mil.

Foram também concluídas em 1980 as seguintes obras: restauração do Laboratório do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, no valor de Cr$ 1 milhão 650 mil; restauração do telhado da sacristia da Igreja N. S. do Pilar, em Duque de Caxias-RJ, no valor de Cr$ 90 mil; restauração da Igreja N. S. do Bonsucesso da Santa Casa de Misericórdia e seus anexos, no Rio de Janeiro, no valor de Cr$ 12 milhões 749 mil; construção de abrigos para refletores do Forte Defensor Perpétuo, em Parati-RJ, no valor de Cr$ 240 mil. Estão ainda em execução as obras de restauração e recuperação do Museu e Chácara da Hera, em Vassouras-RJ, no valor de Cr$ 9 milhões 875 mil e as obras de reparos e adaptação do prédio do Museu Histórico Nacional; no Rio de Janeiro, no valor de Cr$ 9 milhões 955 mil.

CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS SERÁ DISCUTIDA NA ITÁLIA

Não há futuro sem passado. Este é o tema do Colóquio Científico que será realizado paralelamente à VI Assembléia Geral do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), previsto para acontecer no período de 25 a 31 de maio de 1981, em quatro cidades da Itália: Roma, Verona, Florença e Bari. O objetivo do Colóquio é verificar o estado atual dos conhecimentos mundiais sobre a conservação dos bens arquitetônicos e de seus entornos. Tratará, também, de conhecer as investigações científicas relativas à restauração de materiais e de estruturas de alvenaria, além de averiguar a situação dos inventários, da administração e da formação profissional com vistas à conservação dos bens culturais.

O programa terá início no dia 24, com a inscrição dos participantes. No dia seguinte começam os trabalhos propriamente ditos, com a eleição do presidente da VI Assembléia, constituição das diversas comissões. No dia 26 os participantes viajarão para as outras cidades onde se desenvolverão os trabalhos, retornando a Roma somente na noite do dia 28. Nos dias 29 e 30 serão discutidos e submetidos à aprovação os textos estudados. No dia 31 terão início as viagens de estudos dos participantes que optarem por conhecer a arte e a história das províncias italianas de Campania, Sicília, Liguria, Toscana, Umbria, Emília-Romana, Veneza e Lombardia.

SÃO MATEUS

As obras de recuperação e consolidação dos prédios localizados no Porto de São Mateus, no Espírito Santo, foram reativadas recentemente e agora estão sendo executadas por administração direta, tendo sido instalado um escritório e contratado um arquiteto para acompanhar os trabalhos. O con-

vênio para execução das obras foi assinado em maio de 1979, entre a SPHAN, o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal de São Mateus. As obras de escoramento e projetos de restauração foram iniciadas, mas depois de algum tempo tiveram que ser paralisadas, devido a problemas para desocupação dos prédios, que estão sendo desapropriados pela Prefeitura de São Mateus.

O Porto de São Mateus, às margens do Rio Cricaré, é um importante núcleo histórico, razão pela qual o Governo do Estado do Espírito Santo decidiu, em 1976, tombar 31 dos principais prédios localizados na área. De acordo com informações da Fundação Cultural do Espírito Santo, as primeiras casas construídas no sítio histórico do Porto de São Mateus surgiram por volta de 1636, com a criação da Freguesia de São Mateus. Os sobrados que existem até hoje surgiram a partir de 1770 com o início do Ciclo da Farinha, quando o território pertencia à Capitania de Porto Seguro. Mas foi na fase do Baronato, entre 1810, com o aparecimento do Barão de Timbohy e Aymorés, até o fim do ciclo do café, em 1870, que surgiram os sobrados com mirantes, pátios internos, telhas canal, grades de ferro trabalhado, que representavam o poderio econômico do Porto.

A partir de 1870, com os movimentos abolicionistas, a burguesia mateense começou a sofrer a primeira crise econômica, com os negros fugindo para os quilombos da região do Alto Sertão ou Sapê Seco. Faltava a mão-de-obra para a produção da mandioca e do café e, consequentemente, o comércio ficou bastante reduzido, fazendo com que não mais surgissem edificações nas proporções das anteriores.

Em 1870, o aparecimento dos emigrantes não resolveu o problema, pois quase toda família que chegava ao Espírito Santo e procurava se instalar em São Mateus pertencia às camadas mais pobres de seus países de origem. Mesmo assim, algumas casas ou sobrados foram ainda construídos, graças ao Ciclo da Madeira, que deu novo impulso à economia e ao comércio do Porto, que inclusive teve ampliado o seu cais para atender a uma maior demanda de navios de carga e passageiros. Tal fato fez também com que aquelas casas abandonadas com o fim dos ciclos anteriores fossem transformadas em luxuosos cabarés. A partir de 1915, nenhuma casa ou sobrado foi construído no Porto. Em 1940, com o fim do comércio pelo porto, o local já era considerado zona de prostituição.

CULTURA

As manifestações culturais da região do Vale do Cricaré, compreendida entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, convergem para o Porto há mais de 200 anos. O rico folclore, remanescente da África e da Península Ibérica, caracteriza o predomínio negro e caboclo, que conservam suas danças, bailados, costumes, cantos, misticismos, crenças e reverências. Na região dos Quilombos, onde ainda se pratica o cerimonial secreto da Cabula, que impressionou africanólogos como Nina Rodrigues e Artur Ramos, vivem os descendentes dos negros banguelas, cabindas, congos e moçambiques que fugiram das fazendas de mandioca e café no século passado. Toda a cultura regional é negra e cabocla e em suas datas tradicionais aparecem os Ternos de Reis, o Ticumbi, o Barabandi, o Baile do Congo, os Jongos, a Marujada, os Tambores de São Benedito, as Folias do Divino, as Pastoras, as festas dos Pescadores, dos Cantadores, dos Remadores, Barqueiros, Derrubadores, Canoeiros, devotos de São Benedito, São Mateus e Sant'Ana.

O artesanato da região é de utilidade, o que dá a garantia de sua existência, pois o artesão de São Mateus faz uma peça para ser utilizada, como colheres de pau, peneiras, samburás, gamelas, panelas de barro, pilão, cestos, vassouras, cangas. Existe, também, o artesanato dos antigos caçadores, canoeiros e pescadores, que reproduzem hoje na madeira, a caça, a pesca ou o meio de transporte que utilizavam para a sobrevivência.

De acordo com o projeto para recuperação do Porto, os prédios que serão restaurados deverão abrigar serviços tais como: escola municipal de 1º grau, sede da lira mateense; merenda escolar; lojas de artesanato; museu, pousada e restaurante típico; posto médico; escolinha de arte, etc. Outros serão destinados ao comércio, estando prevista a instalação de farmácias, bares, açougue, papelaria.

CURSO SOBRE MOBILIÁRIO LUSO E BRASILEIRO NA 3ª DR

Como fazer para recuperar as peças que constituem o recheio dos monumentos históricos quando são desviadas ou danificadas?

Anterior ao próprio trabalho de restauração é fundamental que haja o registro mais completo possível de cada peça através de inventários capazes de informar todas as características históricas, artísticas e técnicas para sua identificação.

Por entender que o profundo conhecimento de cada peça é fator vital para sua preservação é que a 3ª DR organizou um curso de preparação de analistas de arte, para formar técnicos no campo do inventário e identificação de bens móveis. O curso foi distribuído em dezesseis disciplinas, que têm sido ministradas sucessivamente, uma a cada ano, segundo a ordem interna do curso. De 2 a 31 de janeiro foi realizado, na sede da 3ª DR, o sexto curso – desta vez sobre mobiliário luso e brasileiro – em colaboração com a Escolinha de Arte do Recife.

Os cinco cursos anteriores abordaram aspectos igualmente importantes para o inventário dos elementos de recheio dos monumentos, como a imaginária, análise da pintura, ourivesaria, prataria e pedras preciosas. A metodologia dos cursos consiste tanto da abordagem histórica e dos aspectos tipológicos como da parte do laboratório onde são feitos, por exemplo, testes para a análise ótica e físico-química dos metais e pedras preciosas.

Todas as informações se somam no inventário das peças para as quais são elaboradas fichas de identidade contendo fotos, dados técnicos de peso, medidas, coloração, especificações de material e processo de fabricação, padrões de desenhos, desenhos de detalhes, dados históricos de procedência e propriedade, todas informações indispensáveis tanto para seu reconhecimento como para sua restauração.

Janeiro/Fevereiro 1981

SPHAN 10
*pró*Memória

Embratur quer conciliar lazer com preservação do patrimônio

A sociedade brasileira precisa conscientizar-se de que nem por serem históricas as cidades poderão deixar de desenvolver-se. Deve-se, isso sim, encontrar-se fórmulas capazes de conciliar turismo e desenvolvimento com a preservação do patrimônio histórico e cultural. Essa é a opinião do presidente da Embratur, Miguel Colasuonno, em entrevista publicada nesta página e na seguinte. Nela, Colasuonno anuncia uma medida que, acredita, poderá contribuir decisivamente para essa conciliação: a regulamentação da lei 6.513, de 1977, que dá à Embratur uma parcela de responsabilidade pela conservação dos pontos do território nacional que forem considerados de interesse tutístico. Essa regulamentação, já preparada, prevê multas e outras penalidades para quem desfigurar, de qualquer maneira, essas áreas. Entretanto, o presidente da Embratur ressalva que, em sua opinião, é mais importante e eficaz prevenir pela educação que remediar e punir.

Como são, atualmente, as relações entre turismo e proteção ao patrimônio?

A conservação e preservação do patrimônio natural e cultural brasileiro tem sido uma das constantes preocupações da Embratur, não só pela importância intrínseca desse patrimônio, mas também porque, do ponto-de-vista do turismo, um país se torna tão mais atraente aos olhos do turista internacional quanto mais defende a manutenção de sua identidade própria, que o torna diferente de outros destinos oferecidos e, portanto, mais apetecível e mais competitivo. E a identidade de qualquer país se traduz, precisamente, por seu patrimônio natural e cultural. Dentro dessa ordem de idéias, a Embratur, na gestão anterior à minha, tomou a iniciativa de, em articulação com outros órgãos governamentais interessados no assunto, dentre os quais a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apresentar projeto que se converteu na Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, com o propósito de dotar o Poder Público de um instrumento capaz de assegurar, de forma abrangente, a preservação do patrimônio natural e cultural brasileiro. Dando continuidade à iniciativa, e com o inteiro apoio do Ministro João Camilo Penna, promovi a elaboração dos estudos necessários à regulamentação daquela Lei, também com a colaboração dos mesmos órgãos que haviam participado de seu preparo. Esses estudos, convertidos em minuta de decreto, estão hoje em fase final de apreciação pela Presidência da República.

Qual a sua opinião sobre a cristalização das cidades históricas para fins turísticos?

Na medida em que se entenda por "cristalização" a adoção de medidas adequadas à preservação do patrinônio das cidades históricas brasileiras, acautelando a conservação de seus monumentos e a manutenção de suas tradições, sou, nem poderia deixar de ser, favorável ao processo. Com o que não concordo, nem poderia concordar, é que se confunda a verdadeira salvaguarda desses monumentos e dessas tradições com o isolamento e a estagnação das cidades históricas. Ao contrário, elas somente viverão o seu destino de cidades verdadeiramente históricas se e enquanto servirem ao ensinamento e à educação do povo brasileiro e dos estrangeiros que nos visitam. A tradição que não se vive, não é tradição: é simples repetição mecânica de hábitos ou atitudes.

Como o senhor compatibilizaria o problema do crescimento e do desenvolvimento das cidades (principalmente as históricas) com o da preservação do patrimônio enquanto apelo turístico?

Crescimento e desenvolvimento urbanos não são incompatíveis com a preservação do patrimônio natural e cultural e, muito menos, com o apelo turístico que ele representa. Em certo sentido, podemos afirmar que quanto mais histórica seja uma cidade, maior o apelo turístico que ela irradia. Bastaria citar os exemplos marcantes de Paris, Londres e Veneza, na Europa, para que se comprove a verdade da afirmação. Nem por serem históricas – e quanto! – essas cidades deixaram de crescer e desenvolver-se. Imperioso, isto sim, é que a sociedade brasileira no seu todo, não apenas este ou aquele de seus segmentos, compreenda, em primeiro lugar, que as duas coisas não são incompatíveis entre si e, em segundo, que adote, a tempo e sob o signo da razão, as medidas que permitem que elas ocorram paralelamente, valendo-se, sempre que for o caso, da experiência alheia, mas sem a ela subordinar-se. E assim Ouro Preto, São Luís, as cidades que surgiram junto às Missões Jesuísticas, para citar apenas alguns casos, poderão crescer, desenvolver-se e preservar seu patrimônio.

A que nível a Embratur participa da conservação do patrimônio histórico em núcleos de turismo? Aí me refiro ao risco de predação de bens móveis e imóvies e à proteção policial dos bens móveis.

A lei nº 6.513/77 e a minuta de decreto que a regulamenta, a que já me referi, prevêem uma ação concertada, sob a coordenação do Ministério da Indústria e do Comércio, por intermédio da EMBRATUR, dos vários órgãos com responsabilidade específica na proteção do patrimônio natural e cultural de interesse turístico. A esses órgãos juntar-se-ão, sempre que necessário, o Conselho de Segurança Nacional e o Ministério das Relações Exteriores. Assim, a Embratur, dentro do sistema legal em vias de completação, terá uma parte alíquota, definida por sua competência própria, na responsabilidade de salvaguarda do patrimônio natural e cultural nas Áreas Especiais e nos Locais de Interesse Turístico, que vierem a ser instituídos. O mesmo sistema legal impõe a aplicação de penalidades às pessoas físicas e jurídicas culpadas de modificações não autorizadas, destruição, desfiguração ou desvirtuamento, no todo ou em parte, das Áreas Especiais e dos Locais de Inte-

resse Turístico. Tais penalidades, que não excluem a ação penal cabível em cada caso, incluem: multa de valor equivalente a até mil Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, interdição de atividade ou de utilização incompatível com os usos permissíveis para essas Áreas e Locais, embargo de obras, obrigação de reparar os danos causados, demolição de construção ou remoção de objeto que interfira com os entornos de proteção e ambientação dos Locais de Interesse Turístico. Deve-se notar, ainda, que, conforme a infração cometida, poderá haver a aplicação concomitante de mais de uma penalidade. Quero salientar, porém, relativamente à questão da prevenção e repressão de danos a bens móveis e imóveis, que se trata, precipuamente, de uma tarefa a ser executada pelo aparelho policial dos Estados e Municípios, ou dos órgãos que, em sua organização, contem com forças de policiamento especial, o que não é o caso da Embratur. Entendo também que é pela educação, sistemática e assistemática, que se aprende a velar pelo patrimônio natural e cultural. Aí, a escola, a família, os meios de comunicação, as associações civis existentes ou que venham a constituir-se com tal objetivo, têm um papel fundamental a representar. Prevenir pela educação é mais importante e mais eficaz, a longo prazo, do que remediar e punir. Isto não quer dizer, entretanto, que, sempre que necessário, não se dê remédio e não se aplique punição.

Qual a importância das cidades históricas no programa de turismo do País?

É muito grande a importância das cidades históricas brasileiras no programa de desenvolvimento do turismo entre nós, quer do turismo interno, quer do receptivo. Para comprovar essa importância, basta ver o grande número de excursões e pacotes turísticos, organizados pelas agências de turismo, especialmente voltados para as cidades históricas, ou que as incluem em seus roteiros. Isto não aconteceria, ano após ano, se não houvesse demanda capaz de garantir seu bom êxito comercial. Tenho razões para acreditar que essa demanda crescerá substancialmente na medida em que a infra-estrutura turística das cidades históricas, ou de sua periferia, se for aperfeiçoando e desenvolvendo, permitindo acolher maior número de visitantes e retendo-os, satisfeitos, por mais tempo. Por infra-estrutura turística, entendo não apenas o aumento físico do parque hoteleiro nas cidades históricas, ou em suas vizinhanças imediatas, mas também o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados aos turistas e o aproveitamento racional de seu patrimônio como fonte de atração turística, a exemplo do que se faz no mundo inteiro. Quero acrescentar que, de sua parte, a Embratur aplicou, em 1980, mais de oito milhões de cruzeiros -- o que é muito, diante de seus limitados recursos orçamentários – em projetos de apoio a manifestações culturais e artísticas de interesse turístico, restauração e valorização de bens culturais, congressos, turismo social e melhoramentos diversos nas cidades turísticas. A esses recursos devem ser somados vinte e cinco milhões de cruzeiros do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, a serem liberados parceladamente até o final de 1981, para aplicação em um programa especial de emergência, para a preservação e recuperação de Ouro Preto. O programa, objeto de convênio entre a Embratur e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conta ainda com a colaboração financeira do Governo do Estado de Minas Gerais e da Secretaria de Planejamento, totalizando 172 milhões de cruzeiros.

Como elas se apresentam, em dados percentuais, em relação ao quadro total do turismo no Brasil?

No ano passado, entraram no país 1 milhão 81 mil 799 turistas estrangeiros, de acordo com estatísticas da Embratur e da Polícia Federal, que controlam todas as entradas do Brasil. Especificamente sobre as cidades históricas brasileiras não há números exatos, o que só será possível depois que implantarmos o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes, atualmente em fase de estudo. Cálculos não oficiais, no entanto, estimam em 175 mil 200 os turistas, nacionais e estrangeiros, que visitaram as cidades históricas de Minas Gerais no ano passado, Estado que possui o maior conjunto deste tipo no Brasil. Sabemos que cerca de 876 mil turistas estiveram em Belo Horizonte durante o ano passado e, destes, pelo menos 20% fizeram excursões às cidades históricas, tendo Ouro Preto recebido a maior porcentagem de visitantes. Do total, 35 mil turistas eram estrangeiros, o que significa que 3,5 por cento dos que vieram ao Brasil percorreram as cidades históricas de Minas Gerais, o que é um resultado significativo.

Quais têm sido os resultados de programas de turismo internacional da Embratur?

De quinto produto da pauta de exportações brasileiras em 1978, o turismo passou a ser, em 1979, a terceira maior fonte de divisas para o Brasil (ultrapassando o conseguido com a exportação de farelo e com o material de transporte) com um total de 1 bilhão 165 milhões de dólares gerados pela entrada de 1 milhão 081 mil 799 turistas, 51% deles vindos dos países do Cone Sul. Esses resultados foram conseguidos através da orientação que adotamos de promover ao máximo o produto turístico Brasil e tornar o turismo um fato econômico gerador de divisas para o País. Para colocar em prática esta política, a Embratur organizou encontros comerciais na Argentina, na França e na Alemanha, onde empresários brasileiros de turismo comercializaram pacotes junto aos agentes de viagens, operadores e transportadores estrangeiros. Foi lançado ainda o Programa Novos Portões de Entrada do Norte e do Nordeste nos Estados Unidos e na Europa, que entrará em operação ainda este semestre. Quando estiver em pleno funcionamento, em 1982, esperamos a vinda de 150 mil novos turistas norte-americanos e europeus, que gerarão o adicional de 136 milhões de dólares em divisas para o País. Para este ano, os resultados do setor serão animadores: pela primeira vez, em 10 anos, a conta-turismo deverá apresentar saldo de 400 milhões de dólares. Só de dezembro a meados de janeiro entraram no Brasil cerca de 200 mil turistas do Cone Sul, o que representa quase o mesmo número de entradas de todo o ano de visitantes destes países. Acreditamos que até dezembro chegarão ao Brasil 1 milhão 300 mil turistas. Desse total, 430 mil virão do Cone Sul, o que vai proporcionar receita de aproximadamente 650 milhões de dólares e 450 mil novos empregos nas cidades visitadas.

Janeiro/Fevereiro 1981

SPHAN 10
*pró*Memória

OPINIÃO

Turismo, lazer e patrimônio histórico

Luiz Octávio de Lima Camargo

De que forma o patrimônio histórico pode dinamizar o turismo? Esta questão é pertinente e legítima: fala-se do turismo como a indústria mais imprtante ao final dos próximos 25 anos; e o país deve pensar efetivamente na vitalização da atividade. Contudo, esta formulação usual do problema peca por adotar mais uma vez a perspectiva econômica, que é parcial e, como veremos adiante, perigosa. Os estudiosos do lazer preferem colocar o problema em termos mais amplos, focalizando em primeiro lugar o aspecto sócio-cultural que permite inclusive um tratamento posterior mais aprofundado do dito aspecto econômico. A questão seria então outra: como acentuar, dentro do lazer turístico, um genuíno interesse pelo patrimônio cultural (histórico, arquitetônico, folclórico, artesanal, etc...) das localidades, sem desvirtuá-lo, mediocrizá-lo ou deteriorá-lo?

O patrimônio histórico constitui um ítem importante, embora não primordial, no conjunto dos estímulos culturais para o lazer turístico

O desejo de mudança de ritmo, estilo e paisagem de vida, esta a noção que, a nosso ver, melhor explica o turismo, enquanto atividade cultural de lazer. Uma mudança que se opera em três dimensẽs e em três fases: (a) imaginária (anterior à viagem) — sonhos fabricados pela propaganda ou, sobretudo, transmitidos pelos amigos que estão na terceira fase; (b) real (durante a viagem), com as sensações vividas que reforçam e/ou negam os sonhos; (c) retrospectiva (posterior à viagem), com as fotos, lembranças, relatos que recompõem o circuito. Este conjunto de resultados positivos e negativos, na perspectiva de uma determinada conjuntura histórica, produz os chamados estímulos culturais para o turismo.

Entre esses estímulos, sabe-se que hoje os predominantes são o contato com a natureza, sobretudo com o sol e a água. As explicações são as mais diversas: o sedentarismo e o artificialismo da vida urbana, o crescimento da chamada cultura do corpo, a indústria cultural que se não é tão poderosa a ponto de criar tendências é, ao menos, suficientemente astuta para apropriá-las e estimulá-las. Sabe-se, ainda, que o chamado patrimônio cultural não desempenha um papel substantivo e sim adjetivo no conjunto desses estímulos. Ou seja, o objetivo específico de conhecer o patrimônio histórico está presente em relativamente poucas pessoas. É um estímulo menos importante que o religioso ou o sentimental.

Os efeitos do turismo são ambíguos do ponto de vista dos interesses de valorização do patrimônio histórico

O conhecimento empírico do fenômeno fêz com que determinadas cidades, sem outros atrativos, passassem a disputar uma fatia do bolo econômico do turismo ou que cidades de praia buscassem a melhoria de sua cotação turística, com base nos seus bens históricos. No Brasil, este fato é recente, sendo, pois, oportuno trazer um resumo do balanço internacional da experiência. Muitas cidades hoje amargam a ingenuidade com que acudiram à panacéia do turismo. Passada a primeira euforia, começaram a surgir os primeiros alertas. Os efeitos predatórios do turismo, principalmente em relação ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, passaram a ser denunciados. Sob o influxo da forte demanda que o turismo cria, as comunidades mediocrizam bens que fazem parte de sua identidade cultural: a "indústria" do artesanato, os shows caça-níqueis de turistas, por aí segue a rota do suicídio cultural de determinadas comunidades que, ao final, viram-se desprovidas de parte de sua identidade e, em consequência, de turistas. O mesmo ocorre com cidades cujo patrimônio histórico é repentinamente valorizado. Imediatamente, a população local assiste à invasão de uma horda de criaturas exóticas à caça de residências secundárias, de antiguidades, etc... Em seguida, vem a especulação imobiliária, a "indústria" de antiguidades, a degenerescência, enfim, do patrimônio local.

Há necessidade de conscientização das populações sobre os valores culturais locais (turismo de desenvolvimento)

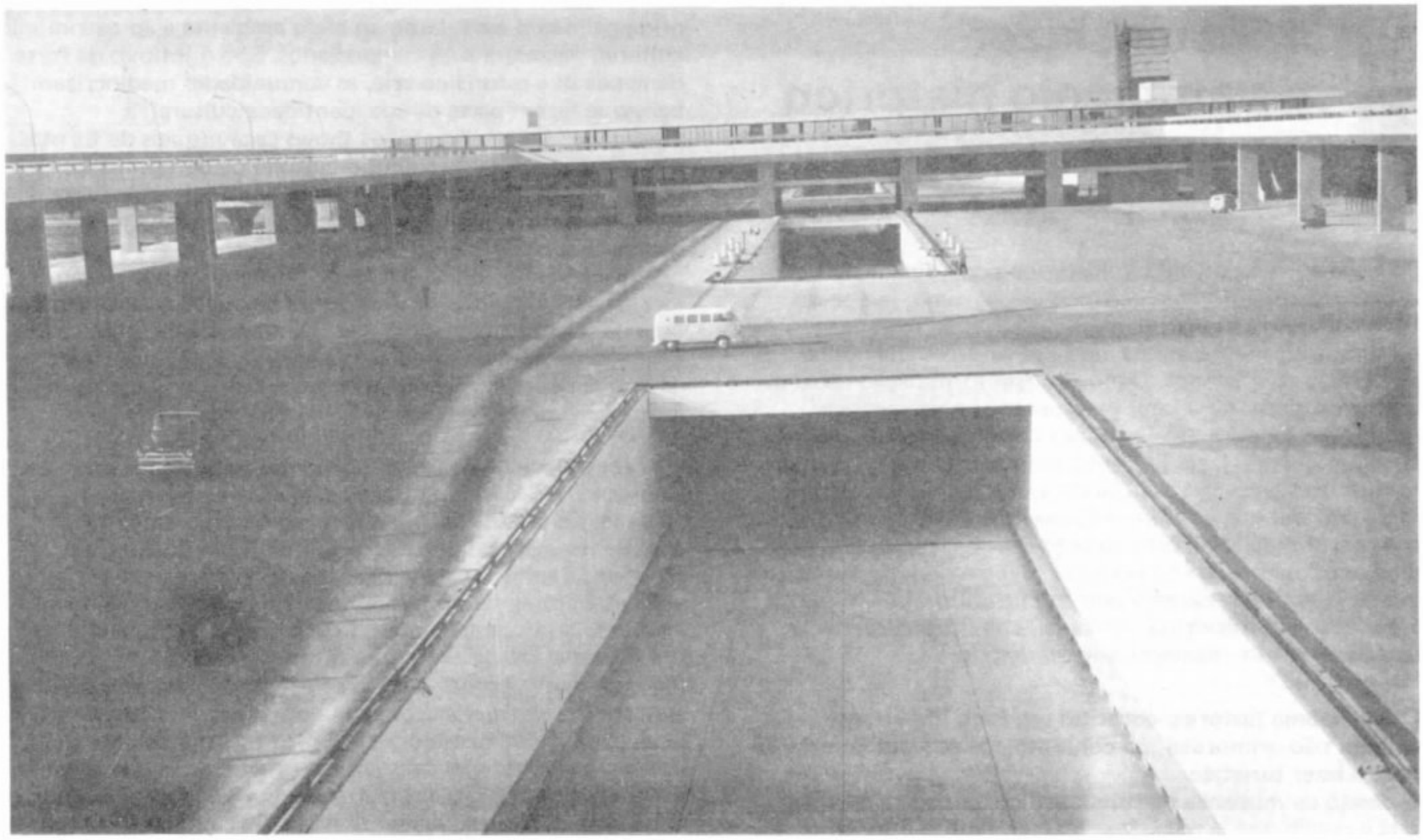
Nos casos citados, a ação do turismo ocorreu antes da conscientização da população sobre o valor cultural de seus bens e sobre a necessidade de vigilância contra a ação predatória de moradores locais e de turistas. Não existindo essa consciência, a própria população acaba por aviltar o seu patrimônio, atribuindo o seu incompreensível prestígio à excentricidade de grã-finos. A partir desse diagnóstico, surgiu um novo conceito de planejamento de turismo, o chamado turismo de desenvolvimento, que valoriza essencialmente a convivência harmônica dos dois polos (turistas e comunidades receptoras) O turismo de desenvolvimento baseia-se em duas idéias muito simples e encadeadas: (a) os moradores locais são sempre animadores voluntários do sistema turístico, na medida em que lhes cabe o contato cotidiano e informal com os turistas, e (b) é impossível aos moradores transferirem a turistas um interesse pelos bens locais que eles próprios nem sempre sentem de forma genuína. Os contadores de história de Olinda acabam tocando turistas pela singeleza de sua encenação, mas, mesmo na exceção, constituem o melhor retrato da maioria das nossas cidades históricas, onde o interesse pelas coisas locais é maior nos turistas do que na população moradora.

Conclusão

Retomando a questaão inicial, a valorização do patrimônio histórico pode contribuir para a dinamização do turismo, já que representa um estímulo específico de viagem para algumas pessoas e um estímulo adicional para um contigente mais significativo de turistas.

O inverso, contudo é mais problemático. Uma política de incentivo ao turismo será inteiramente positiva ao patrimônio histórico se, do nosso ponto de vista, duas diretrizes forem seguidas: (a) amplo trabalho preliminar ou paralelo de conscientização das comunidades receptoras sobre a qualidade dos seus bens culturais e sobre o fato de que a riqueza material a ser trazida pelos turistas será duradoura apenas se os moradores souberem transmitir e conservar esse bem, na sua autenticidade; e (b) investimento adequado na animação desses bens o que vale para todas as atividades de lazer com um acréscimo em face de peculiaridade do lazer turístico: essa animação deve estar enraizada na cultura local; a "maquiagem" dos bens para venda aos turistas é medida desonesta e de fôlego curto. Quem experimentou sabe disso.

Luiz Octávio de Lima Camargo, coordenador do Sesc de São Paulo, é pós-graduado em Sociologia do Lazer pela Universidade de Paris.



Esta foto faz parte de uma coleção de negativos, ampliações e diapositivos feita entre 1957 e 1965 por Edgard Jacintho da Silva e por ele doada ao projeto Construção de Brasília.

A construção de Brasília, em uma série de filmes

Um conjunto de filmes, com pouco mais de 20 anos de idade, é hoje objeto de trabalho da Fundação Nacional Pró-Memória: são os filmes realizados por dois cinegrafistas mineiros – José e Sálvio Silva, respectivamente, pai e filho – documentando a construção de Brasília.

Os filmes, feitos por encomenda da Novacap, foram realizados entre 1957 e 1960 e destinavam-se a divulgar a idéia da nova capital, tendo sido exibidos pelos cinemas de todo o país. Hoje eles encontram-se divididos em dois acervos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e à própria Novacap.

Todos os filmes foram rodados em 35mm e em preto-e-branco. Apenas dois deles são coloridos e quase todos são sonoros. Eles documentam, entre outras coisas, a primeira missa em Brasília, a construção dos diversos edifícios, de estradas de ferro e rodovia, lançamentos de pedras fundamentais, inaugurações, o enterro de Bernardo Sayão, e visitas de personalidades como John Foster Dulles, Giovanni Gronchi, Príncipe Mikasa do Japão, Príncipe Bernhard da Holanda, etc.

São cerca de 30 filmes que depois foram organizados e montados em uma série de dez, chamada *Brasília*, tendo em média quinze minutos de duração cada um.

Inicialmente, a Pró-Memória pretende editar um catálogo registrando todo o acervo. Posteriormente, pretende-se trabalhar no sentido de se conseguir restaurar e tirar cópias, pois o material não se encontra em bom estado de conservação. Aí então ele estaria em condições de servir não apenas como registro histórico importante, mas também como fonte de futuras pesquisas.

Esta iniciativa da Pró-Memória insere-se num projeto mais amplo, denominado *Construção de Brasília*, que busca preservar a memória daquele período, através de jornais, revistas, filmes, fotografias e todo e qualquer tipo de documentação.

LIVROS E TESES

COIMBRA, Silvia Rodrigues; DUARTE, Maria Letícia; MARTINS, Flávia - *O Reinado da Lua - escultores populares do Nordeste*, Rio, Editora Salamandra, 1980.;

Esta publicação é o resultado de uma pesquisa realizada com escultores populares do Nordeste, da Bahia ao Maranhão - no período de 1975 a 79, com o objetivo de documentar, isto é, conhecer e registrar uma realidade, um estilo de vida, uma produção, uma visão de mundo. Contém depoimentos de 109 escultores, acompanhados de cerca de 320 fotos realizadas por Maria do Carmo Buarque de Holanda (Pii) e Dalvino Troccoli Franca.

A pesquisa buscou apreender o escultor e sua obra como singularidades relacionadas ao contexto em que se situam, analisando as condições e características de produção de cada artista, bem como se desenvolve a circulação dessa mercadoria e como se constitui o mercado que a absorve.

Pretendeu-se ainda apresentar a visão desses artistas com relação ao seu próprio trabalho e ao mundo em que vivem. O próprio título do livro foi inspirado na fala de um dos entrevistados, Nhô Caboclo: " ... Disso você não entende não; isso é coisa do reinado da lua..."

Os doze capítulos do livro caracterizam-se por uma homogeneidade que reflete o contexto sócio-econômico comum aos artistas ali reunidos, a mesma temática, as condições de trabalho e de mercado que os envolve e atinge de forma semelhante.

A pesquisa contou com o financiamento da Galeria Nega Fulô - artes e ofícios de Recife; da Organization Catolique Canadiennne pour le Développement et la Paix, com sede em Montreal e, na sua etapa final, da Finep -

DIAS, Rogério José - *Rondônia - Urbanização e Expansão da Fronteira Agrícola.* Tese de mestrado em Planejamento Urbano da UnB, novembro de 1980.

Trata-se de um estudo exploratório sobre a urbanização no Território Federal de Rondônia, região da fronteira agrícola na Amazônia.

Verifica-se especificamente a problemática dos núcleos urbanos, situados ao longo da rodovia BR-364 - Cuiabá-Porto Velho - que atravessa o território, com o objetivo de estabelecer, ainda que a nível preliminar, sugestões para políticas de planejamento.

A urbanização é explicada a partir de tres condicionantes que indicam o rápido crescimente urbano: a migração, a colonização e a situação fundiária.

Os efeitos deste processo em uma região com pouco menos de uma década, consiste no surgimento de núcleos urbanos que apresentam problemas típicos de outras cidades brasileiras. Altas taxas de crescimento urbano, problemas de habitação, saúde, transporte e empregos caracterizam uma típica crise urbana, que respeitadas as peculiaridades e dimensões locais, não se diferenciam dos problemas existentes nas periferias das grandes cidades do país.

As cidades localizadas ao longo da rodovia BR-364 apresentam certos traços determinados pela forma de ocupação via colonização num contexto de expansão do capitalismo no campo. Esta situação lhes confere uma feição especial que permite caracterizá-las como "cidades de fronteira agrícola".

A partir da síntese dos problemas surgidos com o processo de ocupação da região, o autor descute propostas de intervenção e sugere políticas de planejamento para a minimização dos problemas sociais locais.

SILVA, Leunice Damásio da - *O Processo de Inserção e Rejeição Sócio-Econômica do Negro: uma contribuição para a História de Cantagalo, 1850 -1930.* Tese de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas, do Depto. de Geografia e História da UnB, junho, 1980.

Refere-se a um estudo histórico sobre os trabalhadores rurais de três localidades cuja população foi predominantemente de origem africana. Estas localidades constituem hoje o distrito de Porto Velho do Cunha, Sítio dos Criolos e Quilombo da Floresta, no município de Cantagalo, Estado do Rio e surgiram no final do século XVIII com as descobertas do ouro na região.

Com o fim do ciclo do ouro passou-se por um período de cultura canavieira e de outros produtos agrícolas, logo substituído pelo surto da lavoura do café e Cantagalo tornou-se uma das principais áreas de produção agrícola do país, importando para isso, milhares de negros escravos anteriormente fixados no norte e nordeste.

O número de trabalhadores na região chegou a mais de trezentos mil, uma das cifras mais altas registradas no país nos anos de 1860.

Os pontos principais do estudo referem-se a: primeiro, análise da fase de transição, após o fim da escravidão e a proclamação da República, na qual os ex-escravos passam a se oferecer como mão-de-obra livre, sem contudo alterar a estrutura sócio-econômica da região até pelo menos os anos trinta deste século; segundo, análise do grupo familiar reconhecido como fator de unidade social dos trabalhadores negros, permitindo-lhes, por exemplo reivindicar as terras de sua propriedade hoje ameaçadas de usurpação.

Tais terras foram adquiridas nos séculos anteriores através de movimentos conjuntos de negros - os quilombos - que se apoderaram de grande parte da região.

Os dados que serviram de base para o estudo foram captados através de métodos tradicionais da pesquisa histórica, entrevistas gravadas com descendentes de participantes dos fatos históricos analisados.

NASCIMENTO, Eduardo Bittencourt do - *Antonina dos Meus Dias* - fotografias. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Curitiba, 1980. 68p., 60 fot.

O trabalho fotográfico de Eduardo Nascimento reflete não apenas sensibilidade como também afinidade cultural; apresentando o retrato íntimo de sua própria terra e de sua gente.

Usando a câmara, êle percorre a

história de Antonina - pequena cidade do litoral do Paraná fundada em 1712 - revelando seu presente/passado, denunciando o lento e progressivo desaparecimento de uma cidade-documento ante os olhos impotentes de seus conterrâneos e a desatenção dos poderosos.

MENEZES, Joaquim Furtado de - *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto.*

Reeditado pelo IEPHA/MG o importante trabalho do histroriador Joaquim Furtado de Menezes, "Igrejas e Irmandades de Ouro Preto", publicado pela primeira vez em 1911. Pode ser encotrado na Superintendência de Pesquisa, Tombamentos e Divulgação do órgão, à Avenida João Pinheiro, 342 - Belo Horizonte - ao preço de Cr$ 300,

Pedidos de cinco exemplares ou mais poderão ser atendidos pelo correio, mediante a remessa prévia de cheque bancário em nome do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA/MG.

CARTAS

BOLETIM

"... Por intermédio da 6ª DR conseguimos os sete primeiros números do jornal IPHAN - 0 a 6. Como é de grande importância para o nosso arquivo, bem como para os nossos pesquisadores, desejamos obter os demais exemplares editados e uma assinatura para que possamos tornecer aos nossos visitantes algo realmente interessante como esse jornal..." Presidente do Instituto Histórico de Pitangui - MG.

'... Tendo recebido os conjuntos de número 7, 8 e 9 editados por esta Fundação, gostaria de saber as condições que existem para que se possa contar com os números anteriores e subsequentes aos que recebi..." Claudio Luiz Araújo - arquiteto Porto Alegre - RS

NR - Informamos aos dois leitores e demais interessados que não existe assinatura desta publicação. Para recebê-la regularmente é necessário apenas que nos enviem nome e endereço completo Esclarecemos ainda que, desde o número 6, esta publicação passou a se chamar "SPHAN". Os pedidos de números atrasados foram atendidos por correspondência direta.

SUGESTÃO

"...Por que não convidam jovens (ou não) voluntários durante as férias para cooperar na salvação de edifícios em perigo, limpeza da mata ao redor de ruínas importantes, sob orientação de arquitetos, engenheiros ou técnicos competentes, como se pratica na Inglaterra ou na França. ... e pela mesma oportunidade poderia se ensinar os mesmos dos rudimentos básicos sobre os cuidados que devem dedicar a essas preciosas relíquias a fim de evitar danos maiores a estruturas já ameaçadas..."
Guy Chistian Collet
Sociedade Brasileira de Espeleologia
Depto. de Arquitetura
São Paulo - SP

NR - A SPHAN/Pró-Memória considera de importância fundamental que o povo se conscientize da necessidade de preservar, ele mesmo, os bens culturais, que a bem da verdade, lhes pertencem. É um trabalho a longo prazo e requer o esforço de órgão, instituições, grupos de natureza diversa. O ideal seria que o povo, através de seus legítimos representantes, decidisse o que como preservar. Neste sentido, criou-se na SPHAN/Pró-Memória o projeto Cultura e Educação, a ser implementado junto das comunidades locais, nas áreas em que a instituição faz trabalhos de restauração e preservação de bens tombados. E apenas o primeiro passo no longo caminho que nos separa da participação popular.

SÃO MIGUEL

"Estou muito honrado em continuar a merecer a consideração de V. S., remetendo o interessante e magnífico BOLETIM - SPHAN/Pró-Memória, agora o número 09 que acolhe ótima matéria e que assim permite um conhecimento da situação, da problemática do complicado processo de defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Trabalhei em Porto Alegre durante vinte e cinco anos, como representante honorário do Patrimônio do MEC, por sugestão e indicação de nosso saudoso Rodrigo Melo Franco de Andrade. O presente número registra o caso de São Miguel no Rio Grande do Sul, já crônico e que se encaminha para uma solução". Dante de Laytano. Porto Alegre - RS

NR - Sobre São Miguel, veja-se matéria à pág. 08.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K – 70.710 – Brasília, DF.
Por motivos de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.